

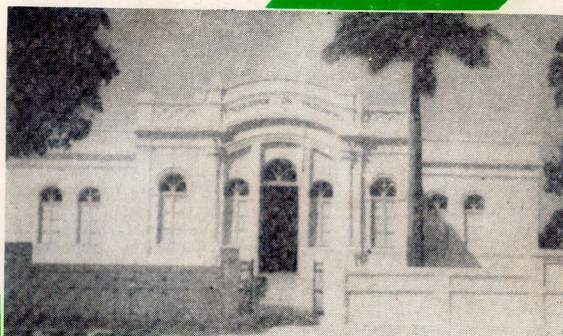
HISTÓRIA UFRN

ANO I

— ÓRGÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA —

1º 1

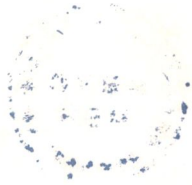
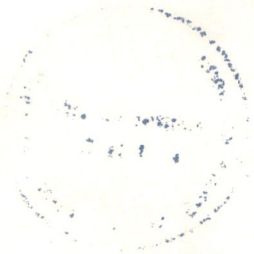
1957
1987



30 ANOS

100

100



HISTÓRIA UFRN



FORA DE EMPRÉSTIMO

1957
1987



30 ANOS

Dept. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

NASCE UMA REVISTA

Trinta anos se passaram desde a criação do Curso de História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A fase heróica, construída com muito amor e idealismo, pertence ao passado.

Agora, na atualidade, surge um trabalho mais profissional, mais crítico, sem perder, da sua ação, o idealismo de ontem. Exige, contudo, mais estudo, mais pesquisa, sobretudo consciência plena de suas responsabilidades, que não se restringe apenas à sala de aula. Ela transcende outros espaços, como a pesquisa e a extensão, haja vista o compromisso do historiador como agente de transformação social.

Esta revista nasce para registrar, especialmente, trinta anos de existência do Curso de História, constituindo-se em espaço aberto para que nossos pesquisadores possam registrar suas experiências, expressar suas idéias. Nasce de maneira democrática, abrindo em seu seio qualquer ideologia, pois defendemos a liberdade que todos devem ter, de construir sua visão de mundo. Respeitará portanto, seu direito de dizer, de expressar, de criticar, de defender, enfim, não impedirá que a dor se transforme no grito, ou então, num gesto de amor. Que ninguém seja o dono da verdade, mas ao contrário, que todos, sem exceção, docente ou discente, possam construir aqui, o seu edifício, segundo seus princípios arquitetônicos, da cor que lhe for conveniente, contanto que assumam a responsabilidade pelo que foi dito, expresso, construído.

Nasce uma revista, para ser o porta voz de um curso, de uma comunidade, procurando um caminho seguro, fraterno, onde o ódio e a agressividade não vão ter espaço. Buscará sempre construir, nunca destruir. Será contrária a qualquer tipo de discriminação. Permitirá a divergência, pois numa perspectiva democrática, ela é necessária.

Eis portanto a nossa revista. Ela é dedicada a você, que faz com seriedade, história no Rio Grande do Norte.

Natal, novembro de 1987

ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THE HISTORY OF THE
CITY OF BOSTON

FROM THE FIRST SETTLEMENT TO THE PRESENT TIME

BY
JOHN W. COOPER

The history of the city of Boston is a subject of great interest and importance. It is a city which has played a prominent part in the history of the United States, and its story is one of the most interesting and instructive. The city was founded in 1630, and has since that time been a center of commerce and industry. It has been the seat of many of the most important events in the history of the country, and its people have been instrumental in the development of the nation. The city has a rich and varied history, and its story is one of the most interesting and instructive. The city was founded in 1630, and has since that time been a center of commerce and industry. It has been the seat of many of the most important events in the history of the country, and its people have been instrumental in the development of the nation. The city has a rich and varied history, and its story is one of the most interesting and instructive.

THE HISTORY OF THE
CITY OF BOSTON

UM COMEÇO DE HISTÓRIA

João Wilson Mendes Melo

A transição da história factual, de nomes e datas, e que exigia memorização sistemática, quase recitativa dos textos adotados, para a História científica, interpretativa e filosófica, inicia-se no Rio Grande do Norte com alguns cursos realizados pelo Ministério da Educação e Cultura, através da CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), nos Cursos de Orientação para Candidatos à Exame de Suficiência, o primeiro em janeiro/fevereiro de 1956, e sobretudo com o Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

As primeiras aulas de História, em nível superior na nossa terra, foram ministradas naquela Faculdade, em sua sede inicial, à rua Jundiá, no início do ano letivo de 1957.

Não posso descrever a emoção, o nervosismo, com que, como professor da disciplina História da Antiguidade e da Idade Média, do currículo da novel entidade de ensino superior, entrei na sala de aula, diante de alunos adultos, todos professores de História, do segundo grau.

O momento para mim representava a grandeza de tarefa inédita no Rio Grande do Norte, da qual tinha plena consciência; sentia toda a responsabilidade, inclusive, pela qualidade do auditório e pelos temas que teria de abordar, num nível bem alto, numa profundidade razoável, num enfoque filosófico, para resultados concretos de informação, formação e orientação para o ensino. Tratando-se de alunos-professores, urgia considerar o efeito multiplicador do trabalho que iria exercer.

Contava com o crédito preliminar de estudo aprofundado, desde que, dois anos antes, havia sido convidado para assumir a disciplina, com a preocupação pelo conteúdo, pela metodologia e por uma didática nova. Exercia o esforço mais próximo e imediato da preparação de aula, desde sua motivação, sua esquematização, sua dosagem para um tempo limitado, e a mensagem que pretendia merecesse a aceitação da classe, pelos seus fundamentos científicos e pela sua possível vivência. A tudo isso posso acrescentar a coragem adquirida pelo milagre da transformação do temor, o que somente um ideal pode operar, aquele medo que me fez recordar muitos anos antes, quando orador pela primeira vez, diante do primeiro auditório.

Na verdade, aquele gênero de auditório e de exposição que não era discurso, constituía novidade no grau superior, na vontade de vencer pelas vias do conhecimento que tinha dever de possuir e pelo desempenho pessoal em comunicar.

Confesso, hoje, duas coisas: que a matéria preparada para a primeira aula sobrou, motivo de uma certa tranquilidade depois da primeira metade do tempo regulamentar; e que nunca deixei de ter o mesmo sentido de responsabilidade e talvez por isso, embora com menos intensidade, o mesmo nervosismo nos momentos anteriores à entrada em classe.

Queria dizer sobre cada tema diferentemente do que se dizia sempre; sim, muito mais, e se possível, melhor. Nem sempre a bagagem possuída era suficiente e exigia estudo e pesquisa que se estendiam pela madrugada e que traziam luz ao conhecimento, quando a luz do dia começava e os sinos das torres próximas chamavam os fiéis, como eu. Considerava-me, então, entregue a um novo tipo de oração.

Queria motivar e procurava uma razão e um meio; queria ser explícito e preciso, sem ser taxímetro.

Queria fazer compreender.

Nesse sentido, e com esses propósitos, porfiei anos a fio, como tantos outros companheiros, naquele pioneirismo vitorioso, na obra maior da Universidade.

Comemorou-se em 1987, trinta anos desse heróico Curso de História, que teve um começo com tantos nomes e episódios de valor e que alimentava bem claro o propósito, antes mesmo o sonho, de chegar-se à instituição fundamental, à universalidade do conhecimento, numa comunidade de professores e alunos. Tudo para a promoção de cada um e de todos, pela compreensão do mundo e aprendizagem da maneira melhor e mais justa de nele viver e trabalhar.

O ESTUDO DE HISTÓRIA NO CURRÍCULO ESCOLAR E NA TITULAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Tarcísio Medeiros.

A história da formação de professores, ao nível do ensino superior no Rio Grande do Norte, teve seu início há 30 anos, acontecimento que motiva as comemorações da efeméride pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal, por intermédio do órgão titular responsável pela sua metodologia didática e das titulações em Licenciatura e Bacharelado em História ou seja, o Departamento de História.

Por esta razão, vale a oportunidade para consultar-se suas origens, no contexto da formação de profissionais na especialidade da área humanística senão como se tornou disciplina inserida nas várias categorias ou ciclos do ensino oficial de forma obrigatória, quer conhecida como história particular geral ou universal.

No princípio, Rio Grande Capitania de Portugal, a figura do educador incorpora-se à figura do religioso que chega no século XVII, depois da guerra contra o holandês, para administrar as primeiras vilas, assim chamadas os aldeamentos dos nativos subjugados ao término da chamada "Guerra dos Bárbaros". É ele que vai imprimir, entre nativos e sesmeiros, a instrução religiosa e civil, naquilo que lhe aprouve ensinar, ou seja, o rudimento das primeiras letras, oferecido unicamente aos meninos, que aprendiam sob o regime da palmatória e de castigos outros, tudo conforme a usança do tempo. E as meninas? Estas foram excluídas do convívio escolar, até proibidas, porque aprender a ler e escrever significava fazer cartas para os namorados, mais das vezes fora da simpatia dos pais.

Extintas as missões religiosas naquelas primeiras sete vilas da Capitania do Rio Grande, entregues que foram à administração civil pela Política do Marquês de Pombal, Ministro de D. José I, a figura do mestre-escola vai surgir como uma necessidade para substituir os padres no papel do educador. Por isto, só no século imediato, por ocasião da governança do Capitão-Mor João de Barros (1731), conseguiu ele a designação do primeiro mestre de Gramática Latina, em 21 de julho do mesmo ano. A nomeação recaiu num clérigo. Ganhava cinquenta mil réis por ano. Achou pouco e foi embora. O segundo foi o minorista Mateus Duarte. Em maio de 1740 já se encontrava em Natal aplicando o mesmo método de ensino para as letras e mais ao Latim, Grego, Retórica, etc., sem referência ao estudo de história, salvo da vida dos santos e da igreja católica.

Mais tarde, pelo Alvará de 10 de novembro de 1772, o mestre-escola passa a chamar-se "Professor Régio", quando nomeado por mercê real. Deste modo

no ano de 1838, eram quatro as cadeiras de Latim, tanto para esta finalidade como para ensinar a ler e escrever: — uma em Natal, que funcionava desde 1731; outras, posteriormente, em Caicó, São José de Mipibu, Goianinha e Imperatriz, todas em atividade no decorrer de mais de um século, porém nem sempre providas.

Enquanto o tempo fluía, aqueles antigos alunos instruídos pelas Ordens Religiosas, pela vocação ou necessidade do meio em que viviam, tornaram-se mestres leigos”, em escolas próprias ou lecionando em casas de famílias abastadas, todos prestando serviços inestimáveis no desasnar os broncos a beliscões, palmatórias, vara de marmeleiro e suplícios outros, mas contribuindo decisivamente na formação dos nossos pater-famílias do sertão, futuros padres soldados, chefes políticos, até uns poucos que chegaram até Coimbra, Salamanca e Sorbone.

No século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, vai ocorrer um fato singular na formação do magistério brasileiro: — antecede à formação racional do professor de base ou do ensino primário e profissionalizante, o mestre do ensino superior. É que foram fundadas na Corte, Rio de Janeiro, sede do governo do Reino Unido do Brasil, Portugal e Alagaves, as instituições da Academia Médico-Cirúrgica, o Liceu de Artes, a Academia de Marinha, além de outras.

Para preencher a lacuna do ensino rudimentar, primário e popular, a Carta Régia de 30 de junho de 1821 mandou aproveitar aqueles professores leigos nas funções. E, assim, até chegar a Independência, não se tem notícia nos sertões do Brasil de autoridade mais respeitada senão a do “Mestre-Escola”: abaixo de Deus era o supremo árbitro da juventude de então.

Em 1822, com o Brasil Império e independente, a instrução pública, como se adotou chamar a educação, vai tomar sua primeira regulamentação com a criação do Ministério respectivo, o qual instituiu como método pedagógico ao ensino primário o de Joseph Lancaster, de ensino mútuo, lógico e sem complicações. Consistia no professor fazer os alunos mais instruídos e capazes transformaram-se em explicadores e repetidores das lições. As classes dividiam-se em decúrias e os dez meninos eram dirigidos por um decurião. O castigo físico, então, foi abolido e substituído pela punição moral.

Por volta de 1825, faltando naturalmente gente habilitada por não haver instituição de formação para esta modalidade de ensino, a Portaria Ministerial de 27 de março mandou que dois oficiais inferiores, com aptidões, fossem enviados à Corte para aprenderem a nova didática e, em seguida, darem lições aos seus irmãos d’armas e aos demais cidadãos nas escolas. Disto resultou o ingresso de nossas forças armadas no processo educacional do país

Com a Lei de 15 de outubro de 1827, são instituídos as “Escolas Primárias” em todas as cidades, vilas e povoados, segundo os critérios de seleção de pessoal, a fim de que conseguisse ingressar no serviço público como professor, percebendo quantia fixa por mês. Em decorrência dessa Lei, foi instalada uma **escola feminina** na Cidade Alta, Natal, a cargo de Dona Francisca Josefa Câmara, e depois uma **para meninos**, regida pelo professor Francisco Pinheiro Teixeira. De 1832 em diante, funcionavam outras em São José, Princesa, Goianinha, Arês, Vila Flor, Extremoz, Príncipe, Portalegre, São Gonçalo, Papari, Touros, Guamaré,

Açu, Campo Grande, Santana do Matos, Angicos, Acaí, Jardim de Piranhas, Mossoró, Martins e Apodi. Essa foi a fase pioneira da alfabetização. Contudo, foi, apenas, o ensinar a ler, escrever e contar, sem referência ao ensino de outras disciplinas, inclusive história.

O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 descentraliza o ensino e cria, além do ensino primário, o ensino secundário, e determina a competência de legislar a respeito às Assembleias Provinciais e aos Executivos o encargo de prover o pagamento dos professores. O ensino secundário foi estabelecido na forma das “humanidades”, ou as chamadas “Aulas Maiores”, nas quais constavam as disciplinas de Filosofia, Geometria, Retórica, Francês e Latim. Por incrível que pareça, nada sequer de Português, nem Geografia e muito menos de História, nem mesmo do Brasil. Os alunos pagavam as disciplinas, parceladamente, prestando exames em cada fim de ano, até conclusão de **currículum**.

Para ingresso no magistério desse tempo, não se fazia necessário o título, na falta de instituição profissionalizante, salvo quando criado o Colégio Pedro II, mais tarde. Pelo esforço próprio do candidato nas matérias ele tinha de sujeitar-se a concurso perante o Conselho Presidencial designado pelo Presidente da Província. Se aprovado, nomeado, passava a perceber 75 mil réis por ano, ou 6.250 réis por mês, quantia essa que, no dizer de Rocha Pombo, qualquer pescador ou homem do campo podia ganhar facilmente.

As “Aulas Maiores” (humanidades), reunidas, passaram a ser ministradas no “Atheneu” que se instalara a 3 de fevereiro de 1834, numa dependência do Quartel Militar. Depois o “Atheneu” teve casa própria, ou o prédio em que se instalou definitivamente em 13 de janeiro de 1848, imóvel desaparecido para construção do prédio onde funcionou a segunda Escola de Farmácia e Odontologia de Natal, depois Instituto de Matemática da atual Universidade. No momento o local está ocupado por uma Repartição Municipal, na praça denominada de “Praça do Estudante”. A 1º de março de 1874, anexo ao prédio do antigo Atheneu, era fundada a primeira Escola Normal de Natal, com uma matrícula de 20 alunos, para finalidade de, após três anos, atribuir título de professor primário.

Atheneu e Escola Normal foram, assim, instituições pioneiras na formação profissional de mestres que seriam admitidos às duas modalidades de ensino: primário e secundário, este mais aprimorado para permitir o ingresso dos formados na vida das Academias de ensino superior então existentes noutras partes do Brasil.

Instituída a República no Brasil, pela Constituição de 1891, o Estado legislava sobre matéria educacional. Para tanto, o Atheneu e a Escola Normal tiveram seus currículos devidamente regulamentados. Em particular o Atheneu, pela organização dada pelo Decreto Estadual de nº 891, de 8 de novembro de 1890, constava de Curso de Ciência e letras e curso de Artes. O curso de ciências e letras possuía as disciplinas obrigatórias: — aritmética e álgebra e trigonometria; física, química e mecânica; história natural e higiene; GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL; astronomia e HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL, sociologia, moral e pedagogia. Curso de Letras e Artes: — português e literatura nacional; francês, inglês, latim, desenho, música, ginástica, evoluções militares e esgrima.

Nessa titulação de Bacharel em Ciências, Letras e Artes é que aparece pela primeira vez, o formado em currículo de História Geral e do Brasil, habilitados para o ensino dessas disciplinas nos Colégios e Instituições outras criadas então para licenciatura do mesmo ensino médio. O ensino ministrado não era de má qualidade, como disse Aduato Câmara, em "A História do Atheneu": "os professores eram, de modo geral, competentes por uma formação autodidata, porém com as limitações que o meio provinciano permitia na renovação dos seus conhecimentos. A admissão se fazia por concurso de títulos, e, depois da reforma Maximiliano, por concurso de provas e títulos. A memorização era muito exigida, como em GEOGRAFIA E HISTÓRIA. Em línguas, sempre regras gramaticais, tradução e versão. Exercícios de conversação, muito raramente, salvo quando o professor sabia falar o idioma que ensinava. Entretanto, em português, línguas mortas e nas matemáticas, existiram mestre notáveis"

Quando o ruste educacional republicano abalou o Brasil, é que no Rio Grande do Norte outras instituições, pilastras da formação de professores, começaram a surgir. Assim, em 1902, o Colégio da Imaculada Conceição, das Irmãs Dorotéias em 1903, o Colégio Diocesano "Santo Antônio", anexo à igreja do mesmo nome que, a partir de 26 de dezembro de 1929, foi entregue à direção dos Irmãos Maristas. Passando a lecionar em fevereiro de 1930, com o método francês do "Guide des Ecoles", os maristas, sob a direção do Irmão José Vey, tirariam a primazia secular do Atheneu na formação da juventude potiguar.

Convém notar, nesse desenvolvimento educacional no Estado, que no governo do Dr. Antônio de Souza, foi criado o Grupo Escolar Modelo, conforme Decreto de nº 174, de 5 de março de 1908, com a finalidade experimental na formação do magistério primário, consequente da criação da 2ª Escola Normal de Natal, instalada no prédio onde, até bem pouco tempo, funcionou a Faculdade de Direito de Natal, desde que a anterior Escola, aquela de 8 de fevereiro de 1890, havia fracassado. Também merece registro especial a Escola Doméstica de Natal que estava instalada em 1º de setembro de 1914, mantida pela Liga de Ensino inspirada por Henrique Castriciano de Souza. Foi a primeira do Brasil aos moldes da "École Normale pour la formation d'Institutrices d'École Ménageres de Friburgo", Cantão Suíço, tendo como professoras, suíças, francesas, inglesas e norte-americanas.

Data dessa época também a fundação de outros tantos estabelecimentos de ensino congêneres ainda na capital e pelas cidades principais do Estado, como Mossoró, Caicó, Ceará-Mirim, Açu e tantas outras. No currículo de cada um deles, a disciplina de História, quer Geral quer do Brasil, constituía ensino obrigatório e indispensável, sobremaneira quando, a partir de 1934, havendo terminado "as humanidades" ou o regime de "madureza" e do bacharelado em Ciências, Letras e Artes, o curso Ginásial de cinco anos passou a ser complementado com os cursos pré-universitários de mais de dois anos, posteriormente também modificada para ciclos ginásial e colegial, hoje os dois ciclos de 1º e 2º graus.

Então, nessa progressiva educacional, a partir do princípio do século, evidentemente, teria de haver a iniciativa da instalação de um curso superior entre nós. A Escola de Farmácia de Natal criada pela Lei nº 497, de 2 de dezembro de 1920, depois denominada Escola de Farmácia e Odontologia de Natal, pela

Lei nº 570, de 1º de dezembro de 1923, foi a pioneiríssima do ciclo do ensino superior em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Foram seus alunos: Áureo Paiva, Álvaro Torres Navarro, José de Almeida Júnior e Ótom Paulino de Santana, dos 26 que haviam feito o vestibular. Só terminaram dois, em 1925: Álvaro Torres Navarro, inesquecível dono da Farmácia “Navarro” do Alecrim e José de Almeida Júnior, radicado em Campina Grande, Paraíba. Depois, fechou. Confirmava a fama, então de Natal: cidade do já teve.

Apenas ao término da década de 40, o Ensino Superior entre nós toma novo alento, com a fundação da segunda Faculdade de Farmácia e Odontologia, idealizada pelo Professor Luiz Soares Correia de Araújo, então Presidente da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, conforme a Lei Estadual (Decreto-Lei) nº 684, de 3 de fevereiro de 1947, do Interventor Federal, General Oreste da Rocha Lima; pela Lei Estadual nº 149, de 15.08.49, surge a Faculdade de Direito, por iniciativa da Sociedade de Assistência Hospitalar, sob a Providência do Dr. Onofre Lopes, a Faculdade de Medicina é autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 37.931, de 20 de setembro de 1955, do Presidente Café Filho, e a Escola de Engenharia é formada pela Lei Estadual nº 2.045, de 11 de setembro de 1957. Todas estas constituíram o núcleo iniciador da Universidade Estadual, logo mais transformada em Universidade Federal, com a adjudicação de outras Faculdades que então foram criadas pela iniciativa privada.

Consequência direta do esforço e abnegação dessa iniciativa privada, no preparo e formação do professor destinado a todos os ciclos e modalidades do ensino, com a consequente titulação superior do Bacharelado e da Licenciatura, é que surge, naquela oportunidade, a Faculdade de Educação, em 12 de março de 1955, funcionando por mais de 13 anos no Grupo Escolar “Antônio de Souza”, uma exclusiva decisão da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, logo mais transformada em Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, anos depois incorporada à Universidade Federal.

Necessário se faz assinalar que, naquela ocasião, antes da Fundação dessa Faculdade de Filosofia, recuando num espaço de 30 anos, o ensino dos Cursos Normal, Comercial e Secundário (então ciclos ginásial e colegial), era ministrado por professores habilitados em Cursos Superiores diversos, possuidores dos cursos secundário e normal, em disciplinas da preferência de cada um e na conformidade do registro concedido pelo então Ministério da Educação e Saúde, permissível frente ao atestado de prática do ensino e outros mais exigidos pela legislação do tempo. Com o cadastramento dos professores nos Estados onde ainda não funcionavam Faculdades de ensino superior destinadas à preparação desse magistério, então MEC, passou a exigir para o registro do professorado do ensino médio um curso de preparação de dois meses, ministrado por professores titulados em Universidades de outros estados, de tempo integral, conteúdo das disciplinas escolhidas, didática geral, especial e matérias outras, afinal prestando exames de provas escritas, orais e práticas, quando, se aprovado, o candidato recebia o registro definitivo de professor registrado na Secretaria do MEC. Aqui em Natal, esse Curso funcionou várias vezes sob a denominação de CADES e fiscalização federal, até a titulação dos primeiros formados pela referida Faculdade de Educação ou de Filosofia, Ciências, Letras e Artes.

A essa nova Faculdade, pelo Decreto Federal nº 40.573, de 18 de dezembro de 1956, concedeu-se autorização para funcionamento, sendo a instalação solene em 27 de dezembro de 1956. Os cursos principiaram a 7 de março de 1957, com 47 alunos fundadores, dos quais 12 em História, 13 em Geografia e 22 em Letras e Línguas Neo-Latinas. Para o primeiro vestibular haviam sido inscritos 63 candidatos. Esses Cursos foram reconhecidos graças ao Decreto nº 46.868, de 19 de setembro de 1959. Proferiu a aula inaugural, em 7 de março de 1957, o conterrâneo, professor Nilo Pereira então Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, versando sobre o tema "O sentido das Faculdades de Filosofia na Universidade", ocasião em que vaticinou ser a Faculdade de Filosofia a pedra fundamental da Universidade que estava nascendo no Rio Grande do Norte, prognóstico esse que veio a tornar-se realidade, volvidos dois anos.

No seu quinto ano de funcionamento, adicionaram-se dois novos cursos aos existentes, a saber: Pedagogia e Didática, um e outro reconhecidos pelo Decreto Federal nº 45.116, de 26.12.59.

A primeira turma concluinte colou grau de bacharel, a 11 de março de 1960, em solenidade verificada no Cine-Teatro Nordeste, sendo paraninfo o Professor Edgard Ferreira Barbosa, seu primeiro Diretor, sendo orador da turma o Bacharel Helvécio Lins de Souza.

À vista de problemas e crises decorrentes da difícil manutenção e baixa remuneração do corpo de professores e da administração, o Governo Estadual houve por bem encampar a Faculdade de Filosofia, anexando-a à Fundação "José Augusto", situação que vigorou até 1968, quando a mesma foi federalizada à raiz de outra séria crise entre administração e os corpos docente e discente. Antes, porém, de concretizar-se a federalização, a Faculdade ficou inicialmente agregada à Universidade, já então federalizada, havia mais de cinco anos, sendo mantida mediante recursos da Diretoria do Ensino Superior. Finalmente, atendendo a uma proposta da Reitoria, o Governo Federal, com o Decreto nº 62.380 de 11 de janeiro de 1968, concedeu autorização para se aproveitar a Faculdade de Filosofia, com todos os seus cursos, inclusive de História, integrando-a à nova estrutura da Universidade, sendo o seu acervo cultural transformado em Faculdade de Educação e o resto absorvido, então, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Com a absorção da antiga Faculdade, seus professores e o pessoal administrativo passaram a integrar a Universidade, pelo regime de funcionário público estatutário.

Os cursos de História e Geografia na Universidade, posteriormente, ficaram juntos em um só Departamento, por ocasião da transformação em Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, e, a seguir, quando este foi também transformado em Centro, veio juntar-se o recente Curso de Filosofia, passando os três a constituir o Departamento de História, Geografia e Filosofia. Depois, desmembrado dos outros dois, o Departamento de História conseguiu a sua autonomia dentro do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Desta forma, é evidente que somente daquela data de 7 de março de 1957, quando foram instalados os Cursos da antiga Faculdade de Educação, na forma relatada, é que fluiu o tempo para contagem dos 30 anos de efeméride agora comemorada, em que foi iniciada a formação do professor de História de nível

superior, qualificado com a Licenciatura ou o Bacharelado, preparado profissionalmente para os encargos do ensino das disciplinas principais e afins em todos os níveis do ensino potiguar e do Brasil, na valorização constante do magistério na especialidade humanística, desta área do conhecimento cultural a que melhor favorece e imprime uma cultura geral insofismável.

O CURSO DE HISTÓRIA NA UFRN TRINTA ANOS DE EXISTÊNCIA

Alberto Pinheiro de Medeiros

O Curso de História, antecede a fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nasceu na Faculdade de Filosofia de Natal, fundada a 12 de março de 1955, sendo autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 40.573 de 18 de dezembro de 1956, criada e mantida pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Funcionava no prédio do Grupo Escolar Antonio de Souza, na Avenida Jundiá, hoje, sede da Fundação José Augusto. Posteriormente, passa a se chamar Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal.

Seu primeiro Diretor foi o Dr. Edgard Barbosa. Em palestra pronunciada no dia 26 de outubro de 1956, disse: “o professor fiel a sua missão não poderá jamais ser uma simples máquina de transmitir definições. Há de plasmar em novas formas, sua capacidade de contágio mental, criar seu “sentido contemplativo da verdade”, atrair para ele o seu grupo de estudantes, e assim conquistar para o aluno, sem palmatória, aquelas quatro virtudes pela obtenção das quais Santo Tomaz de Aquino rezava todos os dias: inteligência para compreender, memória para reter, sutileza para interpretar e facilidade para se expressar”.

“Será esta uma síntese nova, vencendo a análise pedante, que se baseia exclusivamente sobre a dissertação detalhada e cansativa. Se o professor reunir todos esses fatores, então será homem capaz de transformar uma classe de “robots”, de seres mecânicos, em uma equipe de humanistas integrados nas aspirações da sociedade nova”. (1)

Refletindo essas idéias, o regime didático da nova faculdade, defendia um ensino dinâmico, ministrado através de preleções, seminários, estágios e excursões, com “demonstrações gráficas ou concretas” (2) e a utilização de projetos. Os debates deveriam ser feitos através de seminários. Uma “aula especial” (3) teria que anteceder qualquer excursão, dada pelo professor da disciplina ou por um especialista convidado pelo Diretor.

O ano letivo se dividia em dois períodos, respectivamente, de 1º de março a 30 de junho, e de 1º de agosto a 30 de novembro”. (4)

Os alunos deveriam fazer duas provas parciais, e, caso obtivessem a média sete, não fariam prova final.

O estudante, sendo reprovado no máximo, em duas disciplinas, teria ainda uma última chance — a segunda época.

Dentro deste contexto, “nasceu” o Curso de História. Concluído o curso, o aluno obtinha o grau de Bacharel em História. No ano seguinte, o aluno

reingressava na Faculdade e fazia o curso de Didática em dois períodos, fazendo jus ao grau de Licenciado.

A primeira aula foi ministrada em março de 1957, pelo Dr. João Wilson Mendes Melo, professor da disciplina, História da Antiguidade e da Idade Média.

A grade curricular estava formada por seis disciplinas, assim distribuídas: 1ª série – História da Antiguidade e da Idade Média; 2ª série – História Moderna e História do Brasil; 3ª série – História Contemporânea, História do Brasil (Moderna e Contemporânea) e História da América.

As disciplinas eram anuais.

Em 1963, após uma série de negociações, na administração do Governador Walfredo Gurgel, a Faculdade de Filosofia foi encampada pelo Estado, sendo incorporada à Fundação José Augusto. Começa então, um período crítico para aquela instituição de nível superior com sucessivas crises, provocadas por “dificuldades de manutenção, professores mal remunerados, desentendimentos administrativos, quebra de disciplina em diversos setores”. (5)

Aos poucos foi se fortalecendo uma idéia que, com o passar do tempo, se tomou para os contemporâneos, como sendo a única solução para aqueles conflitos: a federalização da Faculdade. Apesar da resistência a essa idéia, oferecido por uma minoria o governo federal, através do Decreto Presidencial nº 62.380 de 11.03.68, autorizava o “aproveitamento da Faculdade de Educação e Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes”. (6)

O Magnífico Reitor, Dr. Onofre Lopes, presidiu a solenidade de instalação da Faculdade de Educação, no dia 09 de agosto de 1968.

Esta mudança alterou a estrutura do Curso de História: a 4ª série (licenciatura) passou a ser oferecida na Faculdade de Educação e o Curso de História (Bacharelado), ficou no Instituto de Ciências Humanas, criado pelo Decreto Federal nº 62.380 de 11.03.68.

O Instituto tinha entre outras funções, ministrar “o ensino básico introdutório aos cursos profissionais” (6), a graduação e cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão.

O corpo docente do Curso de História, nesta data, estava assim constituído: Alberto Pinheiro de Medeiros, Artur Marinho de Medeiros, Cláudio Augusto Pinto Galvão, Geraldo Batista de Araújo, Hélio Dantas, João Batista Ferreira da Silva, João Wilson Mendes Melo, Maria Zélia Medeiros Pinheiro, Mariza Pinheiro de Moura, Nabor Pires de Azevedo Maia, Sebastião Fernandes Gurgel Filho e Tarcísio da Natividade Medeiros.

O corpo discente contava com 61 (sessenta e um) alunos.

Em 1970 a Universidade, implantava, juntamente com duas outras Universidades brasileiras, a Reforma Universitária.

Esta Reforma tinha por objetivo, “elevar a Universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, tornando-a uma instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento. É a etapa em que a Universidade transcende o momento da instrumentalidade para afirmar-se em sua gratuidade criadora e assumir o papel de liderança espiritual. Nesta perspectiva, a Universidade se realiza na complexidade de suas funções, integrando o sabor em suas várias formas, operando a síntese da prática e da teoria, e não apenas atuando como

instrumento de crescimento econômico, mas contribuindo para o desenvolvimento total do homem". (7)

A Reforma Universitária foi totalmente implantada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1973, na administração de Genário Alves Fonseca, exigindo da instituição importantes transformações. "A ajustagem da estrutura acadêmico-administrativa da Universidade à nova filosofia determinou uma total reformulação dos padrões até então existentes, seja no campo didático, seja no campo administrativo, com inevitável reflexo em sua estrutura física". (8)

Foram criados cinco Centros Universitários. O Curso de História ficou agregado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Outra inovação: os cursos passaram a ser dirigidos por um Coordenador, com um Colegiado, que passaria a ser "responsável pela execução dos trabalhos didático-pedagógicos, desenvolvidos no âmbito de cada curso mantido pela UFRN" (Relatório das Atividades de 1973, pág. 26).

Na organização dos cursos, surgem novas normas:

- a) disciplinas semestrais;
- b) ordenação curricular através de pré-requisitos;
- c) matrícula por disciplina;
- d) controle da integração curricular por meio de créditos. (9)

Coordenava o Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, o professor João Batista Ferreira da Silva, sendo Chefe do Departamento de História, o professor Geraldo Batista de Araújo e o vice-chefe, o professor Cláudio Augusto Pinto Galvão. O primeiro Coordenador do Curso de História foi o professor Hélio Dantas e o vice, Fausto Pinheiro Neto.

O Curso de História Bacharelado, compreendia 153 (cento e cinquenta e três) créditos com 2.355 horas de carga horária, integralizadas no período mínimo de três anos e máximo de sete, com termo médio de quatro anos.

O Curso de História Licenciatura apresentava um quadro semelhante: 152 créditos com 2.370 horas, com termo médio igualmente de quatro anos.

Ambos os cursos dividiam-se em duas partes: ciclo básico e ciclo profissionalizante.

O Bacharelado contava no básico com sete disciplinas com vinte e quatro créditos e trezentos e sessenta horas.

A Licenciatura apresentava o seguinte quadro: oito disciplinas com vinte e oito créditos e uma carga horária quatrocentos e vinte horas.

Com esse primeiro ciclo pretendia-se oferecer ao aluno uma base para que ele pudesse, posteriormente, ingressar nos assuntos específicos da História. Compreendia disciplinas comuns da área humanística, tais como: Língua Portuguesa I, Metodologia da Ciência, Antropologia I, Introdução à Economia I, etc.

No segundo ciclo, as diferenças eram mínimas.

Nas duas modalidades de curso, havia um leque de disciplinas optativas e obrigatórias, sendo que no Bacharelado exigia-se do aluno, 16 (dezesseis) créditos de disciplinas complementares, enquanto que na Licenciatura, essa exigência limitava-se a 12 (doze) créditos.

A diferença mais significativa entre as disciplinas de Bacharelado e Licenciatura consistia no seguinte: enquanto no primeiro, era obrigatório o cumprimento

das disciplinas de pesquisa (Iniciação à Pesquisa Histórica e Prática de Pesquisa Histórica), no segundo, essa exigência se prendia às disciplinas pedagógicas (Introdução à Educação, Psicologia da Educação III, Didática II, Técnicas Audio-visuais da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus e Prática do Ensino de História). No Bacharelado exigia-se do aluno na disciplina, Prática de Pesquisa Histórica, uma monografia, e, na Licenciatura, o aluno vivenciava um estágio nas Escolas de 1º e 2º graus, na disciplina, Prática do Ensino de História.

O aluno teria que cumprir ainda em ambos os cursos, as disciplinas: Educação Física I e Educação Física II, “com predominância desportiva” (10) e, EPB I e EPB II.

Estruturado dessa forma, o Bacharelado se propunha a formar pesquisadores, e a Licenciatura, professores, sendo os dois cursos justificados por se tratar de duas profissões.

Observou-se, com o passar do tempo, que não havia sentido a existência de dois cursos na mesma área, considerando-se que o conteúdo histórico era único para ambos. Concluiu-se que o mais viável seria uma só modalidade de curso, preparando ao mesmo tempo, professores e pesquisadores. A partir desta constatação, um grupo de docentes do Departamento de História passou a se reunir uma vez por semana, para discutir a problemática. A professora Marlene Mariz, Chefe do Departamento, percebendo o empenho desse grupo em elaborar uma nova proposta, designou os membros que fariam parte do Grupo de Trabalho, responsáveis pela elaboração do Novo Currículo, que ficou assim constituído: Iramar Soares de Araújo, Alberto Pinheiro de Medeiros, Denise Monteiro Takeya, Márcia Maria Lemos de Souza, Maria Ferdinanda Silveira Soriano Cruz, Maria das Graças Brandão Soares e Wicliffe de Andrade Costa.

Dessa forma, oficialmente se iniciava os estudos para a elaboração do Novo Currículo.

Em 1986, o MEC publicava um “Diagnóstico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil”, onde defendia a “indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa” (11), observando-se a concordância de idéias com o Curso de História da UFRN, uma vez que, no Novo Currículo, era um dos objetivos específicos, “realizar a integração ensino e pesquisa, qualquer que seja o grau de ensino em que atue” (12). De fato, a nova proposta apresentava como inovação a fusão da Licenciatura e Bacharelado em curso único, além de inserir como disciplinas complementares, Os Seminários Temáticos, permitindo ao aluno, um maior aprofundamento em assuntos específicos de seu interesse, ligados a grandes temas da atualidade.

A nova proposta foi levada ao Colegiado de curso, pelo Coordenador Alberto Pinheiro de Medeiros, sendo aprovada após várias reuniões.

Seguindo os trâmites burocráticos, necessários à aprovação de um currículo, a nova proposta em fins de 1987, já havia sido aprovada na Plenária do Departamento, e por unanimidade no CONDEP. Atualmente, com a aprovação da Câmara de Graduação, falta apenas ser referendado pelos Colegiados Superiores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Finda esta tramitação legal, resta ao atual Coordenador do Curso de História, Jaci Silva do Nascimento, implantar, definitivamente, o Novo Currículo.

B I B L I O G R A F I A

1. BARBOSA, Edgard B. Duarte, Dioclécio Dantas. Idéias e Propósitos de uma Faculdade. A Função Social das Universidades. BRASIL SALI-NEIRO. Rio de Janeiro, 4 (11), 1957. (Separata da revista).
2. REGIMENTO Interno da Faculdade de Filosofia. Natal, Departamento de Imprensa, 1957.
3. , op. cit. 17
4. , op. cit. 19
5. RESUMO Histórico do primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte 1959 – 1969.
6. , op. cit. p. 73
7. RELATÓRIO do Grupo de Trabalho – Reforma Universitária. Setembro 1968.
8. FONSECA, Genário Alves. Relatório das Atividades de 1973. Natal, UFRN, 1974.
9. , op. cit. p. 25
10. COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA. História Bacharelado. Natal, s.d. Mimeo.
11. DIAGNÓSTICO e avaliação dos cursos de história no Brasil. Brasília, MEC Coordenadoria de apoio ao desenvolvimento educacional, 1968.
12. COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA. Novo Currículo de História. Natal. s.d. mimeog.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA
GESTÃO 85/87

RELATÓRIO DE UMA ADMINISTRAÇÃO

1. OBJETIVO – Melhoria do Curso de História através das seguintes metas:

- 1.1. – Organização administrativa
- 1.2. – Avaliação do Curso de História
- 1.3. – Melhoria das condições de atendimento aos estudantes
- 1.4. – Elaboração de um novo currículo

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

- 2.1. – Medidas administrativas:
 - 2.1.1. – Organização de pastas para arquivamento de todas as normas e resoluções necessárias para o bom funcionamento de uma Coordenação;
 - 2.1.2. – Confecção de fichas para serem usadas pelos professores orientadores;
 - 2.1.3. – Organização de pasta para arquivamento das portarias que designam os membros do Colegiado, ficando claro a partir dessa iniciativa, o início e o final do mandato de cada membro do Colegiado;
 - 2.1.4. – Aquisição do Livro de Atas para as reuniões do Colegiado;
 - 2.1.5. – Levantamento dos alunos inscritos no Curso, por ano de entrada;
 - 2.1.6. – Implantação de horário noturno para orientação em disciplinas e, igualmente, para inscrição em disciplinas;
 - 2.1.7. – Elaboração das normas para reingresso nos Cursos de História Bacharelado e História Licenciatura;
 - 2.1.8. – Criação do banco de Texto;
 - 2.1.9. – Distribuição do Horário do período 87.1 aos alunos, com antecedência, para que pudessem se organizar para o próximo período letivo;
 - 2.1.10. – Estruturação do Colegiado de acordo com as novas exigências da legislação vigente no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes;
- 2.2. – Aquisição de material permanente:
 - 2.2.1. – Um armário de aço grande, possibilitando guardar, em ordem, toda a documentação existente na Coordenação;
 - 2.2.2. – Um arquivo de aço, possibilitando uma melhor distribuição das pastas

individuais dos alunos;

2.2.3. — Uma máquina de escrever;

3. AVALIAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA:

3.1. — Elaboração de um instrumento de avaliação do Curso. Foram designadas para elaborar o referido instrumento de avaliação, as professoras Denise Monteiro Takeia e Márcia Lemos de Souza. As referidas docentes organizaram um questionário abordando questões disciplinares, didáticas, aproveitamento, etc., solicitando a opinião do aluno. A aplicação deste questionário foi o primeiro passo para que se possa fazer uma avaliação séria do curso de História, possibilitando, assim, buscar as soluções.

4. MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES:

4.1. — Atender às reivindicações estudantis;

4.2. — Apoio às iniciativas do Centro Acadêmico;

4.3. — Esclarecimento aos alunos sobre questões da vida acadêmica;

4.4. — Sistematização dos trabalhos burocráticos.

5. ELABORAÇÃO DE UM NOVO CURRÍCULO:

5.1. — Reativação da Comissão de Reformulação Curricular que contou com todo apoio da Coordenação do Curso de História;

5.2. — Reuniões da Comissão de Reformulação Curricular, com a participação de professores, alunos e funcionários;

5.3. — Contactos com técnicos em Currículo do Departamento de Educação e com a Pró-Reitoria Acadêmica através da titular, professora Maria Isaura Pinheiro e com a professora Maria Dione Medeiros;

5.4. — Conclusão da Nova Proposta Curricular do Curso de História. Foi promovido um debate sobre a problemática curricular do Curso de História, com a participação de professores e alunos. Na oportunidade o professor Antônio Barbosa, especialista em Currículo do MEC, proferiu uma palestra sobre “Visão do Ensino de História”, no dia 17 de abril de 1986. Logo depois foram organizados grupos por professores e alunos que no dia seguinte, apresentaram propostas. A Nova Proposta Curricular foi amplamente discutida;

5.6. — Aprovação do Novo Currículo de História, pelo Colegiado do Curso, após várias reuniões. Seguiram o exemplo do Colegiado: Plenária do Departamento, CONDEP e Câmara de Graduação.

6. IMPLANTAÇÃO E PERMANÊNCIA DO CURSO NOTURNO:

6.1. — Após um longo período, o Curso de História Bacharelado voltou a funcionar no turno noturno, período 86.1. Ocorreu, entretanto, um fato curioso: a Resolução nº 114/85 — CONSEPE, de 06 de agosto de 1985, declarava que o Curso de História funcionava, apenas, pela manhã. No ano seguinte, repetiu-se o mesmo equívoco. O Coordenador do Curso de História procurou então, esclarecer e solucionar o problema. Fez uma Exposição de Motivos dirigida a Presidência da Câmara de Graduação, onde mostrava a situação real: pela manhã funcionava História Licenciatura e à noite, História Bacharelado. Como resultado, o equívoco

foi corrigido e garantido a permanência do curso noturno de História.

6.2. — No período 87.2 a Coordenação de História ofereceu cerca de dezoito disciplinas no horário noturno, o maior número desde que História Bacharelado voltou a funcionar durante à noite.

7. — PROMOÇÕES DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA:

7.1. — Promoção de duas Semanas de Integração, juntamente com o Departamento de História e o Centro Acadêmico, realizadas respectivamente em 24/02/86 a 01/03/86 e 09/03/87 a 13/03/87. Nestas duas semanas os alunos novatos tomaram conhecimento do que constituía o Centro Acadêmico, o Departamento de História e a Coordenação de História. Na primeira semana foi apresentado um filme histórico e na segunda um documentário sobre a vida de Getúlio Vargas.

7.2. — Realização do Primeiro Curso de Pesquisa Bibliográfica no período de 16 a 20 de junho de 1986, para alunos e professores;

7.3. — Elaboração do Manual Informativo do Curso de História (no prelo), contando com mil exemplares.

7.4. — Distribuição entre os alunos de exemplares dos Currículos de História Licenciatura e Bacharelado e o Novo Currículo, para que possam fazer uma opção consciente de acordo com o interesse de cada aluno.

7.5. — Convocação de uma Assembléia Geral com estudantes, juntamente com o Centro Acadêmico, para prestação de contas.

8 — PALAVRAS FINAIS:

8.1.1. — Agradecimento a todos que direta ou indiretamente colaboraram com a Coordenação de História — Gestão 85/87: Diretores, Chefes de Departamento, Coordenadores de Cursos, Pró-Reitores, professores, funcionários e estudantes;

8.2. — Esperamos que os novos Coordenadores continuem o trabalho iniciado e possam trazer uma grande contribuição para o Curso de História.

Natal, 30 de novembro de 1987

ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS

ANEXO I
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE OS “QUESTIONÁRIOS
DE AVALIAÇÃO DE DISCIPLINAS”

A melhoria da qualidade de um curso, pela elevação do nível de ensino e pesquisa, deve ser preocupação básica de todos aqueles envolvidos diretamente na atividade acadêmica e efetivamente comprometidos com a Universidade. Podemos dizer, porém, que as coordenações de curso, especificamente, tem um papel essencial nesse processo por ser, dentro do quadro institucional, o de ligação concreto e cotidiano entre o que a Universidade tem a oferecer, sobretudo através de seu quadro docente, e as expectativas que nela depositam os alunos.

Partindo do princípio de que primeiro a Universidade no conjunto da sociedade, é o local por excelência da produção e reprodução do conhecimento, com a responsabilidade precípua de formar professores e pesquisadores, e segundo que neste sentido os alunos constituem a razão de ser da própria Universidade, consideramos que todo e qualquer curso, em **princípio** deve estar em processo de avaliação permanente e que neste processo ao corpo discente cabe uma atuação fundamental.

Constatando, entretanto, que esse processo de avaliação nunca é efetivado, ou quando isso ocorre ele se interrompe sem atingir seu objetivo — servir eficazmente de instrumento para a melhoria do curso — foi elaborado um material destinado aos alunos objetivando dar início ao processo de avaliação referido, sobre o qual foi feita ampla divulgação e esclarecimento junto aos alunos.

Esse material constou de um questionário de avaliação por disciplina, a ser respondido individualmente por todos os alunos regularmente matriculados no período 87.1, época de aplicação dos questionários. Tendo em vista a posterior sistematização e análise dos dados obtidos, tendo em vista ainda o elevado número de alunos do curso e o fato de que cada aluno deveria responder a tantos questionários quantos fossem as disciplinas por ele cursadas, o questionário foi elaborado da forma mais sintética possível abrangendo aquelas que nos parecem ser as questões mais fundamentais para uma avaliação. Assim sendo, seu conteúdo constou de “Questões Disciplinares”, “Questões Didáticas” e “Questões de aproveitamento”, além de uma apreciação sobre o curso em geral. A essas questões os alunos deveriam dar respostas não discursivas, respondendo apenas afirmativa ou negativamente (Anexo II).

É importante observar que pelas novas normas de avaliação de desempenho do professor para requisição de ascensão funcional essencial a avaliação feita pelos alunos sobre a atividade didática do professor requerente. Desta forma, o material por nós elaborado pode servir também para este objetivo (ver, pcs, lei n° 7.596, de 10 de abril de 1987 e decreto n° 94.664, de 23 de julho de 1987).

Procedida a entrega dos questionários aos alunos e sua posterior devolução, deu-se continuidade ao trabalho, mediante a primeira sistematização dos dados obtidos (Anexo III).

A primeira avaliação desses resultados nos permitiu constatar o baixo índice de questionários respondidos (Anexo IV). Isto nos colocou um problema — o da representatividade dos dados obtidos. Conforme se pode verificar pelo Anexo III, mesmo naquelas disciplinas onde foi maior o número de questionários respondidos, eles não corresponderam sequer a 30% dos alunos inscritos na disciplina.

Apesar dessa primeira constatação, acreditamos que ela em si não invalida o trabalho feito. Se o questionário aplicado não se revelou eficaz como fonte de informações sobre o andamento de cada disciplina, e portanto sobre o curso como um todo, fornece pistas para uma reflexão. Frente ao baixo índice de questionários respondidos cabem as seguintes indagações:

Há falta de interesse dos alunos no curso? neste caso quais os motivos? Houve o receio de responder aos questionários? Qual a razão do receio? Há descrença nesse instrumento como parte do processo de melhoria da qualidade do curso? Porque? Qual seria ou quais seriam, segundo os alunos, as mudanças necessárias?

É sobretudo esta última questão que nos parece a mais rica no sentido de aprofundar a reflexão/ação sobre o nosso curso. Por isso consideramos que cabe à coordenação de Curso agora eleita, para a gestão 87/89 e composta pelos professores Jaci Silva do Nascimento — Coordenador — e Sônia Maria Guerreiro — Vice-coordenadora, a continuidade do trabalho iniciado, retomando a análise dos resultados obtidos e/ou elaborando a partir desta análise novos instrumentos para o processo de avaliação.

Comissão responsável pelos questionários:

Profª. Denise Monteiro Takeya

Profª. Márcia Maria L. Souza

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

SEMESTRE CURSO:

ANO DE ENTRADA:

1. RESPONDA SIM OU NÃO:

A) Questões Disciplinares:

1. A frequência do professor foi normal.....
2. O professor foi pontual.....
3. A carga horária foi cumprida.....
4. O professor cumpriu o programa apresentado.....

B) Questões Didáticas:

1. O professor apresentou programa.....
2. O programa definia os critérios de avaliação.....
3. O programa continha orientação bibliográfica.....
4. O professor demonstrou estar atualizado
com relação à bibliografia.....
5. O professor demonstrou conhecer o acervo da Biblioteca
Central do Campus e indicou livros disponíveis.....
6. As aulas foram expositivas.....
7. O professor utilizou textos básicos e/ou apostilas.....
8. O professor utilizou quadro de giz.....
9. O professor utilizou esquemas de aula no quadro.....
- a) o conteúdo da aula se restringe à leitura do esquema
apresentado.....
10. Você diria que o professor revela segurança e domínio
do conteúdo.....
11. As aulas despertam seu interesse.....
12. As aulas foram com base em seminários.....
13. As avaliações constaram de provas individuais escritas.....
- 13.1. As avaliações constaram de provas individuais escritas
mais trabalhos complementares.....

- 13.2. As avaliações constaram apenas de trabalhos feitos em classe.....
- 13.3. As avaliações constaram somente de trabalhos feitos extra-classe.....
14. As datas das avaliações foram divulgadas com a necessária antecedência.....
15. Existe diálogo entre professor e aluno, com espaço para que as dúvidas sejam esclarecidas em classe.....
16. Você diria que as dúvidas foram efetivamente esclarecidas.....

C) Questões de Aproveitamento:

1. Você avaliaria seu aproveitamento pessoal como:.....
- 1.1. ÓTIMO.....
- 1.2. BOM.....
- 1.3. REGULAR.....
- 1.4. INSUFICIENTE.....
- 1.5. INEXISTENTE.....
2. Você atribui o seu grau de aproveitamento:
- 2:1. Exclusivamente ao professor.....
- 2.2. Ao professor e a você.....
- 2.3. a você mesmo.....
3. Você se considera aprovado nessa disciplina.....
4. Você trancou essa disciplina.....
- 4.1. Por questões pessoais.....
- 4.2. Por não se sentir estimulado.....
- 4.3. Por falta de empenho em estudar.....

II. Dê sua opinião sobre o curso geral:

1. Você diria que o Curso satisfaz suas expectativas.....
2. Você diria que o Curso o tem levado à formação de uma consciência crítica?.....
3. Você diria que o Curso o tem levado a perceber-se como ser social, agente do processo histórico, responsável pela transformação da sociedade.....
4. Você diria que o Curso atende as necessidades reais em termos de preparo profissional.....
5. Você diria que saiu preparado para o magistério.....
6. Você diria que saiu preparado para a pesquisa.....
7. Você diria que a Coordenação cumpriu seu papel.....

III. SUGESTÕES:.....

.....

.....

ANEXO III

DISCIPLINAS AVALIADAS PELOS ALUNOS (87.1)

DISCIPLINAS	Alunos Inscritos	Quest. Respondidos
História Antiga I	101	24
Pré-História	101	24
Int. ao Estudo da História	97	22
História Econômica Geral	85	10
Hist. Idéias Políticas e Sociais	102	08
História Medieval	58	08
História da América II	44	04
Hist. do Rio Grande do Norte	42	02
Hist. do Brasil II	17	03
História Econômica do Brasil	14	03
Geo-História	19	01
História Moderna	30	02
História da Arte II	54	09
História Contemporânea I	26	04
História Contemporânea II	15	03
História da América I	22	03
Metodologia da Ciência		08
Hist. da Fil. Moderna e Contemporânea	09	09
Civilização Ibérica	15	01
História do Brasil I		02
Hist. da Fil. Antiga e Medieval		01
Antropologia	80	19
Didática II		02
Ciência Política		01
Téc. Audio-Visuais da Educação		02
Est. e Func. do Ensino de 1° e 2° grau		01
Psicologia da Educação		01
Língua Portuguesa	63	15
Estudo de Prob. Brasileiros I		05
Estudo de Prob. Brasileiros II		02
Teoria da História	04	00
Inc. à Pesquisa Histórica	10	00
Prát. Pesquisa Histórica	03	00

A N E X O I V

- a) Alunos regularmente matriculados em 87.1 – 368
- b) Total de questionários respondidos – 197
- c) Se todos os alunos tivessem respondido ao questionário teríamos um total de 1.840 questionários, aproximadamente, considerando-se que cada aluno esteve matriculado em média em 05 disciplinas no semestre 87.1, e foi entregue um questionário por disciplina para cada aluno.
- d) Considerando a mesma média de 05 disciplinas por aluno, os 197 questionários devolvidos correspondem a aproximadamente 35 alunos, o que significa que 9,5% do total de alunos do curso respondeu os questionários.

UMA FEIÇÃO DOS INTELECTUAIS

Sebastião F. Gurgel Filho

Numa conhecida peça teatral uma camponesa da puritana Inglaterra, de touca e trajando um vestido abotoado até o pescoço diz, depois de presenciar certa cena e de refletir a respeito: “os artistas não são pessoas cristãs”.

E o “contemporâneo capital”, André Gide, na outra extremidade do comportamento social, escreve: “É com os bons sentimentos que se faz má literatura”.

Tudo isso porque os intelectuais, mesmo não sendo incomuns, não são pessoas do comum. Os gênios seriam sempre neuróticos e mesmo as pessoas dotadas de talento, predispostas à doenças. Essa constatação, de resto, até seria uma compensação ou consolo para os que nada produzem como obra de arte, pois significa que são totalmente normais... Esse seria, então, o preço a pagar pela criatividade artística.

Mas o que principalmente caracteriza o intelectual é a sua propensão à crítica, a exibição da superioridade que ele sente congênita e se traduz em sutil ironia, quando não em plena malícia. Então, quando se conjugam o anarquismo individualista de uns, às ironias destrutivas de outros, o resultado é o desmoroamento de muita crença. Porque as palavras são atos e como atos podem ser perigosos.

Os irmãos Goncourt, que escreveram muito a respeito de intelectuais em romances como **Charles Demailly**, **Manette Salomon** e principalmente no célebre “Diário”, descrevem uma reunião de intelectuais: “Um cenário de jovens e revoltadas inteligências, estimuladas pelo álcool e todas as intemperanças do pensamento, a todas as **Clowneries** da palavra, remexendo os paradoxos mais atrevidos e as estéticas mais subversivas, na superexcitação da presidência de uma musa ligeiramente demente. Uma espécie de embriaguez intelectual drogada”.

Apesar do anacronismo, podemos até imaginar essa musa como Juliette Greco nos princípios do existencialismo, nos bares de Saint-Germain-des-Près.

E quando Ponsard atravessa o limite e deixa o escrúpulo ao bom ermita, num lirismo do ignóbil começam as anedotas. E são “denominações infames, palavras que sujam, gríria purulenta, vocábulo de baixo bordel e de hospitais venerianos”. Tem-se a impressão de assistir a uma recreação de forçados.

Além dessa necessária excitação, fomentadora de uma grande lucidez na produção literária (Gautier diz que escreveu **Militona** em dez dias, graças à ingestão de grânulos tomados duas vezes ao dia, em quantidade de cinco, à noite e pela manhã; e mais recentemente Aldous Huxley recorrendo à mesalina)

já que o espetáculo do pai de família alemão escrevendo poesia depois do jantar com um filho sentado no joelho (“seus olhos, um sonho sem fim flutuam despreocupados”) sempre foi um alvo de gracejos, o clima próprio de um artista é a boêmia condimentada pelo desrespeito geral. Em certos ambientes, os artistas são mesmo incômodos.

Um observador chegou a dizer como conselho aos anfitriões: “se vocês convidarem intelectuais para uma refeição, botem logo a comida na mesa porque senão, dentro de uma hora todo mundo estará bêbado”.

De uma feita, uma associação de escritores franceses, das mais prestigiadas convidou para uma de suas comemorações mais festivas o então ministro da Educação da França. Quando esse “pinguim”, pois assim eram apelidados, pela sua compostura e vestimenta preta, os políticos civis franceses do fim do século passado, se apresentou no salão, Théophile Gautier, numa de suas sortidas se aproxima do velho ministro e agarrando-lhe familiarmente o braço lhe pergunta com a sua terrível e nova intimidade: “Senhor Ministro, quantas vezes o senhor transa por semana”?

Mas o mestre da ironia sempre foi Anatole France. Vindo ao Brasil ele pronunciou duas conferências, na presença ou lembrando RUIZ BARBOZA, TEIXEIRA MENDES e outros. Em certa solenidade, na oportunidade das apresentações dos notáveis da terra ele foi inesgotável nesse gênero de sofisticada gozação.

Apresentado ao Almirante Jaceguay, que ele chamou de Jazagoie, ele disse sem o ter visto antes: “Almirante, o senhor é um herói”.

Abraçando o nosso então acreditado melhor romancista, ele disse, depois de uma cena de êxtase e forte abraço: “Ah, senhor, eu posso enfim apertar nos meus braços o Balzac do Brasil”. E voltando-se para o seu secretário Brousson: “Não parece um macaco caído dum coqueiro num dia de tempestade”?

Ao filósofo nacional, que lhe foi mostrado: “Não se espante, ilustre mestre, se nós vimos procurar em seus escritos, lições de sabedoria”.

E ao poeta da terra: “Eu mandei traduzir para mim alguns dos seus versos. E me pareceu ouvir Homero, Virgílio e Victor Hugo.”

Enfim, ao maestro: “Você renovou os milagres do Orfeu”.

E veja-se bem, “o velho mestre”, como era chamado Anatole France, na época considerada não apenas como o chefe de fila da literatura francesa, mas como a mais brilhante das personalidades literárias da Europa, não tinha uma ironia cruel, mas uma ironia que era a alegria da reflexão e o sumo da sabedoria.

Assim, por desenvolverem até o limite da saúde, por vezes artificialmente, a sua sensibilidade, os intelectuais ou artistas são pessoas de extrema instabilidade emocional.

Ainda por falar no “velho mestre”, ele suspirava frequentemente, dizendo, friorento, a cabeça envolvida num lenço, uma criatura que fazia pensar no doente imaginário de Molière e também no lobo mau travestido de avózinha: “Não há no universo criatura mais infeliz do que eu. Eu nunca fui feliz um dia, uma hora”. E em seguida, quando um admirador aparece para festejá-lo, ele recomenda aos gritos à governanta: “Não deixe subir. É um chato. Eu estou à morte”. E como o intruso consegue romper a barreira da privacidade, o velho

se precipita ao pescoço do visitante, dizendo: “Ah, como eu estou feliz em vê-lo! Eu estava mesmo ansioso por encontrá-lo. A sua presença me rejuvenesce”. Daí porque só deve conviver com intelectuais, os de sua raça. Entre eles, se reconhecem rapidamente. É uma espécie de maçonaria. E as acomodações entre desiguais não são possíveis.

André Maurois escreve no seu livro “Coisas Nuas” que não conhece prazer mais vivo do que a conversação entre espíritos bem “acordados”. Mas para isso é preciso gostar dos mesmos livros e ter mais ou menos as mesmas relações. Então as boas lembranças de leituras se integram na conversação e o diálogo generalizado é uma festa do espírito. O tudo sem vaidade e com muita confiança. Paul Gerdely lhe teria em certa oportunidade dito, depois da rememoração de leituras comuns: “Ah, como nós amamos essas coisas!” (Ah! de dit Gerdely, que nous aurons aimé ces choses! no futuro anterior, como se já fossem pessoas mortas ou de um mundo desaparecido).

E quando aparece nesse meio uma ovelha negra, como foi o caso de Joffre na Academia Francesa, a convivência é difícil. O “pobre” marechal estava ali completamente despaisado, não sintonizava com ninguém, uma espécie de “alma em pena e de passagem”. Em pouco tempo depois de empossado, apesar da sua glória militar, começou a sofrer alfinetadas.

E tanto foi arpoado que, depois de alguma convivência com os escritores, ele confidenciou a um mais tolerante: “Você ao menos é um tipo chique. Eu acreditei muito tempo que o que há de pior no mundo é um militar que quer progredir, mas depois que eu estou nesta Casa, eu compreendi... O que há de pior no mundo, é um homem de letras”.

Só pássaros da mesma pena voam juntos, felizes. A Academia Francesa não acolhe entre os seus membros apenas escritores, hoje de ambos os sexos. Mas também, como diz Edmond de Goucourt, nas suas poltronas se assentam, igualmente, traçeiros nobiliárquicos, heróicos e famosos.

E assim conclui com um suspiro o mesmo referido Goucourt: “Mundo superior e podre da inteligência”, ele que tanto padeceu com as calúnias, os insultos, as malquerenças dos seus correligionários em literatura.

Aqui no Brasil, nós tivemos um típico elemento da espécie. Foi Agripino Grieco, grande crítico literário, estilista refinado. Pois bem, ele não trepidava em sacrificar uma amizade ou um conhecimento, por uma frase de espírito. Daí tantas inimizades. Por causa de suas farpas, escritores como Ivan Lins lhe votavam um ódio perene. Não podiam nem olhá-lo numa reunião de confrades.

Aquela sua tirada sobre Pedro Calmon quando apresentado a uma distinta senhora e muito belo padrão de sua raça, é exemplo: “Nós já dormimos juntos”. E diante da perplexidade dos presentes ante tanta audácia, acrescentou: Numa conferência de Pedro Calmon”.

Foi talvez pensando no artista, seus iguais, que Verlaine escreveu o “Cordeiro de Deus”:

“O cordeiro procura a erva amarga
É o sal e não o açúcar que ele prefere
Cordeiro de Deus que salvos os homens”.

Sebastião Fernandes Gurgel Filho é ex-professor de FRANCÊS do Colégio Estadual do Atheneu Norte-riograndense.

A HISTORIOGRAFIA ROMANA: DOS PRIMÓRDIOS A TÁCITO

Marisa Moura Miranda

(1) O presente texto corresponde à I Parte do trabalho “Tácito e a Tábua de Lyon: uma Poblemaática de Veracidade Histórica”, elaborado no Curso de Leitura Orientada e Análise Crítica de Historiografia Greco-Romana, realizado no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, em 86.

Uma exposição sumária do processo evolutivo do gênero histórico em Roma levar-nos-ia ao elemento lendário, à poesia, considerada antecedente da História propriamente dita, o testemunho escrito na sua forma mais rudimentar.

Esse elemento lendário não se ligava aos mitos populares relacionados com as origens de Roma, mas àqueles criados à semelhança na mitologia grega. Para o romano, como bem disse Shotwell, “não havia fatos dignos de recordar na humilde História do pequeno estado agrícola em luta com os seus vizinhos do Lácio”. Por isso, não existiam lendas contemporâneas, decantando o surgimento de Roma entre um grupo de vilas, junto ao Tibre. E, se não havia grandes acontecimentos divinos, é porque os homens nada tinham feito de heróico. Quando, mais tarde, houve necessidade de exaltar o Estado, não foi preciso criar uma poesia épica, mas apenas apropriar-se daquela já existente entre os gregos.

Foi Ênio quem fixou a lenda poética das origens troianas de Roma em seus **Anais**, entre 180 e 169 a.C. Tratava-se de uma crônica versificada, traçando a História romana desde o desembarque de Enéias na Itália, até as **Guerras Púnicas**. Esse trabalho já se preocupava com o nacionalismo e o heroísmo do povo romano. Houve ainda outra epopéia escrita por Névio, consagrada à Primeira Guerra Púnica, da qual fora participante, cerca de 220 a.C. O **Bellum Punicum**, como foi chamada, refere-se também à lenda troiana, misturando mitologia grega com a pré-história romana. O ponto mais alto da lenda poética em Roma foi a **Eneida** de Virgílio. Segundo Shotwell, “simplesmente mencioná-la mostra como interesses ilusórios ainda uniam a Roma de Augusto com a História de suas origens”. (2) O poema é uma glorificação de Roma, da sua missão universal e de Augusto. A **Eneida** firmou-se em Roma, apesar do seu conteúdo mítico, como uma substituição da História, por se constituir uma homenagem à grandeza de Roma e seu destino, alcançando as distâncias mais remotas do seu passado. Os heróis decantados na lenda serviram de inspiração aos oradores como modelos para os romanos de sua própria geração. Esse tipo de História feita por Virgílio, mostrou, pelo êxito obtido, o quanto iria ser poderosa em Roma, como se fosse possuidora de uma força eterna. Apesar de ser poesia, embelezada para alcançar

maior efeito, a **Eneida** foi aceita como substituta da História de Roma até os tempos modernos.

Apesar do caráter grego das lendas latinas, o interesse romano pela matéria histórica já existia embora, julgando-se pelos escassos restos que sobreviveram, não tenha sido tão forte. Justificando esse interesse apontamos uma tradição oral, igualmente poética, e relacionada com a mais antiga aristocracia. Desde a mais remota antiguidade, os nobres romanos, rivais das grandes famílias etruscas, apreciavam ser decantados na poesia. Esses cantos ou ensaios laudatórios exaltavam bravura e façanhas realizadas, sendo geralmente recitados por ocasião do funeral do nobre. Guardados em arquivos para perpetuar a fama dos antepassados, vieram a constituir uma das fontes da História romana no seu período primitivo. Tratava-se, porém de uma fonte contaminada, onde a verdade era por demais corrompida pelo seu autor que, geralmente ligado à família nobre, acrescentava fatos nunca ocorridos como falsos triunfos e distinções. Uma outra tradição oral eram as “canções de mesa”, também de inspiração heróica e consagradas ao elogio dos grandes homens. Traduziam um costume que romantava à época dos reis. Rômulo, Numa Pompílio, Coriolano, os Horácios e Curiácios constituíram os heróis desses cantos épicos. A evocação histórica romana em seus começos não apresentava forma definida. Segundo Quintiliano, “podia-se falar de um gênero muito próximo da poesia, uma espécie de poema em prosa”. (3)

Vencendo esses antecedentes, a História passou da poesia à prosa. A literatura histórica em Roma desenvolveu-se tarde e com lentidão, cerca de cinco séculos após a fundação da cidade. Convém esclarecer que sofreu mais diretamente a influência grega que a da poesia romana já existente. Não tendo desenvolvido de início seus próprios meios de expressão, permaneceu sob o influxo ático.

Poderíamos apontar como antecedente da literatura histórica romana, inclusive elemento determinante de sua estrutura, os anais religiosos elaborados pelos Pontífices em Roma. Desde, provavelmente, 300 a.C., o Pontífice Máximo, para preservar a memória dos acontecimentos públicos, escrevia os eventos de cada ano em tabuletas brancas, os “álbuns”, expondo-os no muro da sua própria casa, a Régia, de modo que todos pudessem deles tomar conhecimento. Mas relacionava apenas os dias em que ocorriam fatos importantes. Esses registros eram chamados **Anais Máximos** e permaneciam em exposição por todo o ano, quando eram recolhidos e guardados em arquivos. Sem ornamentos de estilo, simples crônicas de épocas, pessoas, lugares e acontecimentos, constituíram uma primeira fonte de História. Os **Anais** datavam da época mais remota de Roma e, ainda durante o período republicano, a tabuleta branca continuava a ser afixada pelo Pontífice no muro da Régia com o mesmo objetivo. Esse costume prolongou-se até o ano 123 a.C., quando resultou supérfluo pelo aumento dos trabalhos dos historiadores. Nessa data, o Pontífice Múcio Cévola reconstituiu as crônicas conservadas em arquivo e publicou toda a coleção em 80 livros ou rolos. Assim, chegou ao seu término essa historiografia pontifical, considerada medíocre e, segundo Cícero de grande penúria literária.

Apesar de os **Anais** remontarem às origens romanas, eles não existiam à época em que Roma surgia de um grupo de povoações agrícolas. Essa inexistência é atribuída às repetidas destruições da Régia por incêndios e, principalmente,

ao saque de Roma pelos gauleses em 390 a.C., que teria destruído, não só os escritos dos Pontífices, mas outros documentos públicos e privados. Certamente, foi por essa razão que os romanos posteriores não puderam utilizar os dados históricos preparados pelos Pontífices primitivos. Atribui-se também a esse fato a obscuridade que envolve os testemunhos antigos, como os arquivos das grandes famílias.

As primeiras fontes históricas estavam assim na Régia. Os Pontífices tinham ainda a seu cargo outro tipo de documentação, aquela relacionada com os deveres religiosos: os **Fasti (Calendares, Consulares e Triumphales)** e os **Libri (Pontificum e Magistratum)**. Alguns desses livros, escritos em linho, eram ainda conservados no Capitólio, no período republicano, à disposição dos eruditos. Os **Anais** diferiam desses livros por serem preparados para o público.

Os **Anais** parecem ter desempenhado papel considerável na primitiva historiografia romana. Foi da sua importância certamente que, por falta de uma literatura histórica genuína, a estrutura analista tomou-se a principal forma de exposição da historiografia romana, mantendo-se através do tempo, chegando a ser utilizada por historiadores como Tácito. Estruturalmente, portanto, a maioria dos historiadores romanos adotou a forma de anais para suas exposições, tendo como ponto de partida o registro dos acontecimentos anuais feito pelo Pontífice.

Na verdade, a palavra anais era mais um sinônimo de História, podendo ser usada um termo pelo outro. Foi na época de Augusto que o gramático Vério Flaco estabeleceu a distinção entre eles. Anais seria o único termo correto para referir a História do passado, enquanto a palavra História empregava-se somente para os relatos contemporâneos. Tácito já as empregou com essa distinção. Escreveu **Anais** sobre os períodos anteriores e **Histórias** tratando da sua própria época.

Em Roma, a História propriamente dita tem início com os analistas, uma série de historiadores principiada com Fábio Píctor, 254 a.C., que escreveu em grego. A sua **História** é um relato desde a presumida chegada de Enéias ao seu próprio tempo, enriquecida com informações obtidas nos arquivos da sua família, em forma de exposição analista, desenvolvendo crônicas sobre um número bastante grande de anos, seguindo o encadeamento dos fatos. Mas Fábio Píctor, considerado por Tito Lívio como o mais antigo historiador, escreveu para os nobres e não para a comunidade. Na verdade, a historiografia romana até os dias de Sila constituiu um privilégio da classe aristocrática. É que os analistas, como membros ou clientes grandes famílias, geralmente louvavam e cobriam de glória essas casas nobres. Outros analistas, que igualmente escreveram em grego no II século a.C., foram Cíncio Alimento, Portúmio Albino e Acélio. As suas obras não são reconhecidas de grande valor.

Sem dúvida, o verdadeiro pai da historiografia romana foi Catão (234 a.C.). Combateu a influência grega e escreveu, em estilo sóbrio, uma História patriótica. Sua visão era pragmática, sua forma de exposição a analista, embora tenha rompido com a rotina do encadeamento cronológico. Inovou essa forma de exposição, inserindo na crônica discursos formalistas, na maioria pronunciados por ele mesmo. O seu âmbito de interesse limitou-se à política por ser esse o aspecto dominante da sociedade do seu tempo. Nas suas **Origines**, falou sobre as antigui-

dades romanas e itálicas e acontecimentos da sua contemporaneidade. A obra histórica de Catão apresentou uma particularidade. Por reagir contra o orgulho dos nobres e apresentar a conquista romana como um feito coletivo do povo romano, omitindo mesmo os nomes dos aristocratas ao descrever tais feitos, tornou-se um inimigo da classe fidalga. Certamente, essa foi a razão de ter a sua obra, não sendo apreciada pela nobreza como era o costume, passado a ser cada vez menos considerada e, nos dias de Cícero, quase esquecida por completo.

Após Catão, sucederam-se gerações de analistas, cuja cronologia nos é fornecida por Cícero. Foi a partir de então que os triviais episódios dos **Anais Máximos** começaram a ser ignorados. Esses historiadores, diferentemente de Catão, não lutaram contra a influência grega. Voltaram a um encadeamento analista e rigoroso e adotaram um estilo seco e despojado a ponto de Cícero acusá-los de serem apenas narradores e não escritores. Essas gerações de analistas continuaram a História de Roma até os últimos dias da República. Os primeiros foram Múcio Cévola, que publicou os **Anais Máximos** em 123 a.C., e Célio Antípater, que abandonou o velho estilo dos anais e escolheu para tema apenas a II Guerra Púnica, renunciando ao princípio pragmático e substituindo-o por uma tendência que objetivava deleitar o leitor mediante a introdução de discursos ou outro tipo qualquer de artifício na narrativa. De acordo com Cícero, “é considerado o iniciador da História genuína por ser o primeiro a adornar seu relato com arte e artifício em vez de ser um simples narrador como os demais analistas”. Outro foram: Semprônio Asélio, que procurou uma explicação racional para os acontecimentos; Cláudio Quadrigário, que inseriu cartas no seu relato; Rutílio Rufo, Valério Ántias e Cornélio Sisena, o historiador do período de Sila. Embora esses analistas tenham sido utilizados como fontes por historiadores subsequentes, inclusive Tito Lívio, são escassas as notícias sobre eles e suas obras. Na opinião de Cícero, “esses historiadores foram apenas simples confeccionadores de anais”. (5)

Mesmo carente, a literatura analista, como forma de exposição histórica, sobreviveu ao lado da História literária, que surgiu em Roma no final da República, alicerçada que foi por Cícero.

Nesse seu processo de evolução, a historiografia romana também teve o seu teórico, Cícero (105 a.C.), assim chamado por ter lançado as bases fundamentais que fariam da História um gênero literário. Cícero não foi historiador, mas um político, e sua influência, aliás decisiva sobre os historiadores, não se fez através da sua obra, mas da sua reflexão, do seu pensamento. Foi após a sua morte que a verdadeira História surgiu em Roma, com Salústio e o seu **De Conjuratone Catilinae**.

A concepção de História formulada por Cícero estava de acordo com a tradição romana. Segundo ele, a História era a “mestre da vida” e, portanto, conhecer o passado revelava-se da maior utilidade para o homem, não só pelos exemplos que oferecia, como pelo aperfeiçoamento moral que poderia proporcionar. Ainda de acordo com ele, não bastava narrar os fatos cronologicamente. Era necessário respeitar a verdade que eles guardavam. E Cícero afirmava não existir em Roma uma História que tivesse a verdade por objetivo primordial,

dotada naturalmente do ornamento literário. Roma, até então, só conhecera a História poética, através das epopéias de Névio e Ênio, e a literatura analista representada por um grande número de escritores. A nenhuma dessas formas Cícero atribuía a qualidade de História. A epopéia ele distinguia claramente da História pela diferença existente entre as verdades que encerravam. A epopéia é poesia e como tal não se submete à verdade objetiva da História. Ela cria a sua própria verdade e visa a deleitar e não a ensinar. Já a literatura analista não apresentava encanto literário e falsificava a verdade. A falta de encanto devia-se à negligência com as regras da retórica, e a alteração da verdade à utilização dos ensaios laudatórios como fontes, documentos na maioria deturpados mediante a inclusão de falsidades e exageros acrescentados para honrar o nobre decantado.

Com o objetivo de sanar os males da historiografia, Cícero formulou princípios fundamentais visando também a favorecer Roma com uma História à altura da grega, dotando-a naturalmente de eficiência. Analisemos esses princípios:

1 — A obra histórica devia ser verídica e imparcial. Para isso, o historiador devia expor os fatos exatamente como ocorreram, descrevendo com segurança os lugares onde haviam acontecido, indicando com precisão as datas dos acontecimentos e retratando os costumes e caracteres dos personagens sem paixão. Essa norma implicava trabalho de crítica histórica, que não acreditamos tenha sido feito em Roma àquela época, embora existisse uma espécie dessa tarefa nas escolas de gramática sob a denominação de “judicium”. Quanto ao historiador, o mais provável é que tenha recorrido ao bom senso em todo o processo de elaboração da sua obra. Além do mais, sabemos que o leitor não exigia o conhecimento das fontes empregadas. Confiava na palavra do historiador, aceitando o relato como verdadeiro. Observar esse princípio de Cícero significava relatar a verdade sem paixão, e isso nem sempre ocorreu entre os historiadores romanos devido às omissões, interpretações pessoais e parcialidade que podemos identificar conhecendo as suas obras.

2 — A História devia ser obra do orador. Cícero chegara a essa conclusão devido ao pouco êxito alcançado por aqueles que se haviam dedicado à História antes dele. Na verdade, nem foram historiadores, mas cronistas. Escrever História não era apenas relatar os fatos obedecendo à cronologia, mas reconstruir o passado de uma forma viva e estilo agradável. Somente o orador, em Roma apresentava as condições apontadas por Cícero. Primeiramente, ser historiador seria uma ocupação digna dele nos intervalos ou final da sua vida política de homem de Estado. Quanto às condições, era possuidor de vasta cultura, conhecedor do seu passado histórico e estudioso da retórica, as qualidades que Cícero exigia. Só ele seria capaz de elaborar verdadeiras composições históricas. O mais importante desse preceito é que, reivindicando para o orador a missão de escrever História, Cícero adaptava essa ciência ao gênio prático do romano. Como disse Boissier, “o caráter do governo de então fazia do seu cultivo uma necessidade”. (6) É evidente que o conhecimento do passado era indispensável à formação do orador, não apenas para torná-lo culto, mas também por encerrar uma riqueza de exemplos que poderiam ser utilizados nos discursos ou nas decisões a serem tomadas oportunamente. Temos aí o caráter utilitário que Cícero reconhecia

na História, bem ao gosto do romano. Esses mesmos exemplos dos homens eminentes do passado constituíam, outrossim, instrumentos de aperfeiçoamento moral por serem os romanos sensíveis a uma moral vivida, a uma ética do cidadão de elite. Aqui temos um segundo caráter que Cícero considerou na História, um meio pelo qual o homem podia aperfeiçoar a sua conduta. Eis a razão do historiador romano ser um moralista antes de ser político. Quanto aos dotes de oratória, eles emprestariam à obra histórica o seu adorno literário, dispondo os detalhes com habilidade para dar vida à narração. Esse segundo princípio de Cícero foi seguido e respeitado em Roma, tomando a História pragmática, moralista e aristocrática. Assim a República legou ao Principado a tradição que faria da experiência política e militar a principal via de acesso à historiografia. Encerrada a carreira política, habitualmente o romano ilustre se entregava à História. Esse foi, por exemplo, o caso de Tácito. A oratória por sua vez tornou-se um perigo, pois podia desvirtuar a verdade histórica pela preocupação com o brilho, o efeito, a pompa e o belo na exposição, em vez da exatidão e respeito à verdade. Constituindo a forma literária por excelência da literatura imperial em Roma, foi cultivada notadamente pelos historiadores, hoje considerados, por essa razão, mais escritores que verdadeiros historiadores. Tácito pode exemplificar igualmente esse princípio.

3 — Havia necessidade de redação histórica precisa. Cícero insistia nesse princípio e, como regra de estrutura, conservou a disposição cronológica, sem a qual o encadeamento dos fatos e a relação causa-efeito seriam incompreensíveis. Já o estilo teria por base a retórica, sem adotar naturalmente o discurso eloquente. Seria um estilo próprio e informal que correspondesse às exigências da imparcialidade e agradasse ao leitor. O terceiro princípio de Cícero foi mais observado pelos historiadores no que concerne à regra de estrutura. Já o estilo cedeu ao subjetivismo, variando de autor para autor.

Na época de Cícero não existiam apenas os historiadores interessados no conhecimento do passado. Outros autores, nem historiadores nem poetas, dedicavam-se igualmente às investigações curiosas, interpretando augúrios, hinos antigos, noções de direito e filosofia, ou elaborando resumos enciclopédicos sobre variados temas. Esses trabalhos, sob a forma de manuais práticos ou volumes eruditos, transformaram-se em valioso suplemento à historiografia romana pelos fatos que conservaram. Entre os seus autores destacamos Plínio, o Velho, e a sua **História Natural**, Varrão e as **Antiguidades Romanas**, e César e os seus **Comentários**. Deles, apenas César será analisado, pela controvérsia que existe em torno da sua obra.

Geralmente considerado historiador, César (102 a.C.) não fez História no sentido próprio do termo. Essa atribuição deve-se à amplitude da obra que escreveu, reconhecida pelos críticos como um trabalho interessante pela excepcional qualidade de informações e estilo, e por constituir o único relato cronologicamente composto com os acontecimentos que encerra. Inteligente, culto, orador excepcional, político ambicioso, dotado de forte personalidade e talento literário seguro, César alcançou a glória literária com os comentários **De Bello Gallico** e **Bello Civili**. Na realidade, esses trabalhos são apenas valiosas memórias militares. A composição obedeceu à forma analista, mas não recebeu o título de **Anais**

ou **Histórias** e sim **Comentários**, gênero literário que remontava às monarquias helenísticas. Tratava-se de uma simples exposição de fatos que se queria guardar a lembrança. Subjetiva, breve, precisa, clara, quando não enganadora, era desprovida de ornamentos literários. César empregou discursos no seu relato, como se fazia obrigatoriamente em toda obra histórica, mas com moderação. O homem, a começar por ele mesmo, era uma presença constante nos **Comentários**. Além dos seus oficiais, os próprios chefes inimigos. As digressões que introduziu na narração foram pouco felizes pela pobreza de estilo. As fontes consultadas mostram que ele não era historiador, mas memorialista. Serviu-se do material de que dispunha como general: arquivos do seu exército, relatos, notas, crônicas, memórias pessoais, utilizando-o com precisão e simplicidade de estilo. O principal problema que se levanta nos **Comentários** diz respeito à sua veracidade. César é acusado de deformar a verdade para impor uma imagem falsa da sua pessoa, aquela que ele desejava ser conhecida pelos romanos. Mostrou a realidade que convinha aos seus interesses. Os **Comentários** são, antes de tudo, uma obra de justificação pessoal destinada à publicidade e propaganda de César. Agindo assim, não equivalia a um historiador. Permaneceu um memorialista que escreveu com fins políticos.

Entramos agora na fase áurea da historiografia romana. Três grandes nomes surgem e são considerados pelos críticos modernos como os mais famosos historiadores latinos.

Começemos por Salústio (86 a.C.). Foi ele o primeiro historiador notável que Roma produziu e também o primeiro autêntico na opinião dos estudiosos. Pertencente à burguesia municipal, teve vida política ativa na época dos Triunviratos. Essa experiência foi determinante na sua formação de historiador. A essência da sua História foi a política de Roma. Mas a sua preocupação era com a vida política corrompida e viciada dos últimos anos da República. Na **Conjuração de Catilina**, mostra a degradação dos ideais romanos e o fracasso de seu sistema social e político. Na **Guerra de Jugurta**, a corrupção dos senadores romanos e os venais manejos desse rei e seus partidários em Roma. Nas **Histórias**, a decadência contemporânea. A História para ele era o prolongamento da política, daí escolher a época contemporânea para tema das suas exposições. Com isso, podia seguir a continuidade de uma idéia política e tirar lições próximas dos acontecimentos. Conservou o critério de utilidade atribuída à História, escolheu temas ligados à política, selecionando-os em função do seu interesse e colocou o homem no centro do processo histórico reduzindo, em definitivo, o papel desempenhado pela "Fortuna" no desencadeamento dos fatos. Agora, era o homem conduzindo a História, ou sendo conduzido por um determinismo coletivo. Por essa razão, o papel das individualidades poderosas na História de Salústio é relevante. A inteligência desses homens poderia conduzir os acontecimentos. Os seus discursos não eram formalistas, mas usados para caracterizar essas personalidades e demonstrar o seu sistema político. Na descrição do caráter, Salústio foi imparcial e muito realista. O importante em sua História foi o rompimento com a tradição retórica. Escreveu com dignidade e adequação, mantendo o seu estilo longe da oratória. Sua idéia de História era, assim, edificante, militante, imparcial e preocupada com a verdade. Com ele, a historiografia romana alcançou

a sua dignidade moral e intelectual.

Tito Lívio (59 a.C.), o segundo nome em destaque, foi o historiador nacional de Roma. Como afirmou Shotwell, “o único capaz de tratar com êxito a intrincada trama militar e política desde a fundação da cidade até o Império” (7). Quase nada se sabe da sua vida. Não apareceu na literatura histórica vindo de uma ilustre carreira político-militar como era habitual em Roma. Constituiu uma exceção. Não tinha nenhuma experiência política, diplomática ou militar, mas tornou-se um historiador bastante popular entre os romanos. Escritor de gabinete, protegido de Augusto, fez do estudo sua razão de viver, sem aspirar às honras da vida pública. Deixou uma obra monumental, **Ab Urbe Condita**, em 142 livros, desde as origens de Roma até o ano 9 a.C., que provavelmente ficou inacabada com a sua morte em 12 a.C. São cerca de 700 anos de História. Poucos foram os livros conservados, e as informações sobre eles são raras e escassas. Para Shotwell, “Tito Lívio fez remontar a idéia da missão predestinada de Roma como centro unificador do mundo civilizado até as remotas épocas obscuras e enlaçou passado, presente e futuro em uma perspectiva culminante”. (8) De certa maneira, a sua História era apenas o reflexo da grande época do escritor.

Como historiador, recebeu da tradição historiográfica romana a idéia nacionalista dos escritores que o precederam e, no final da República, da influência grega, o cuidado com a veracidade, que Cícero tão bem traduziu nos princípios que lançou para dotar Roma de uma História autêntica. A sua perspectiva histórica era nacional e intensamente patriótica. A tal ponto elevou o conceito de patriotismo que este continuou inspirando as gerações posteriores, mesmo quando o mundo romano sucumbia. Conservou a forma de exposição analista tradicional, relatando os fatos ano por ano. O seu estilo, o de um retórico que compartilhava da concepção ciceroniana da história como “opus oratorium maxime”, afastava-se da segura dos analistas, e ele se esforçou para transformar em obra literária a matéria fornecida pelas suas fontes. O seu método de trabalho era simples e sem preocupação científica. Seguiu uma fonte principal, que lhe fornecia a matéria, e com esses dados construía a sua narração, observando a ordem cronológica. Empregava também fontes secundárias para completar a principal, em caso de contradição dos dados. Foi um narrador. Faltou-lhe o espírito crítico. A sua documentação de consulta repousava unicamente nos analistas e escritores que o precederam. Não há notícia de ter recorrido aos documentos originais acessíveis ao público nos arquivos em Roma. Usava as fontes sem estabelecer diferenças entre elas e escolhia a que melhor se ajustava à sua narrativa. Não procurou verificar a sua exatidão. Nas dificuldades encontradas como contradições graves e incertezas cronológicas apenas mencionava os diferentes conceitos e escolhia o que lhe parecia mais acertado. Por essa razão não são poucos os defeitos na sua obra. Nem sempre preservou a exatidão dos fatos. Falsificava conscientemente a verdade, deformando-a ou silenciando-a em nome do patriotismo. Não manifestou interesse pela geografia. Suas informações são vagas e errôneas. Igualmente desinteressantes as descrições militares. Pouco ou quase nenhum senso crítico, muito subjetivismo e um patriotismo excessivo interditam a sua obra, que não pode ser considerada uma fonte segura. Surpreende por essa razão, não a glória que alcançou na Antiguidade, mas ter mantido esse

valor até o século XIX, quando já havia condições de se comprovar que a sua História não repousava em bases sólidas. De fato, Tito Lívio não foi nem teórico nem técnico da História. O que fez foi viver profundamente a História de Roma. Essa é a sua característica e o seu grande mérito. André & Hus traduzem muito bem essa sua particularidade quando afirmam: "Através da sua obra está sempre presente a alma de Roma que se revela em todos os atos dos romanos". (9) A manifestação da alma de Roma identificava-se com a política assimilada à ética, uma maneira bem romana de conceber a História. A política, para os romanos, não estava ligada à sabedoria e à virtude como pensavam os gregos, mas consistia no elemento primordial que devia promover o aperfeiçoamento a nível do indivíduo e do Estado. O segredo dessa perfeição repousava nos valores tradicionais de Roma, daí o empenho e vigor com que destacava as antigas virtudes e as ações heróicas. Faltando-lhe essas virtudes, Roma não resistiria. Dentro desse conceito, ele idealizava grandes homens. A sua obra é rica em personagens que saem do povo para guiá-lo nos momentos difíceis, em defesa dos interesses da pátria. Acreditava que os grandes homens faziam a História ou eram os instrumentos privilegiados dela. E havia sobretudo os heróis, que pesavam mais fortemente sobre os acontecimentos. A História era assim, por consequência, uma coleção de exemplos a seguir ou evitar, mas sempre a meditar. E esses exemplos tinham mais força no espírito do romano que os conceitos resultantes das especulações filosóficas gregas. Confiava ser cada período da História dominado por alguns protagonistas, sobre os quais deixou relatos inesquecíveis. A sua obra não deve ser julgada segundo as concepções modernas da História porque, certamente, o seu espírito crítico, o seu método de documentação e exposição não estão ao abrigo da censura, mas, nesse caso, convém esclarecer que ele não diferia muito dos outros historiadores antigos.

Tito Lívio, acima de tudo, escreveu como um romano, visando a uma obra digna da importância de Roma, que mantivesse viva, como guia dos romanos, a coleção de virtudes que haviam feito a sua grandeza, e servisse de advertência constante contra os vícios que ameaçavam destruí-la. Este foi o seu grande mérito.

No espaço cronológico que se estende entre Tito Lívio e Tácito, a História romana sofreu transformações profundas.

A época Júlio-Claudiana marca uma nítida regressão da grande historiografia, embora permaneça ligada à retórica. Representando essa fase, temos: Valério Patérculo, homem de ação política, ligado a Tibério e autor das **Histórias** narrativa sobre o mundo grego-romano desde a Guerra de Tróia. Utilizou a forma analista, apresentou certa veracidade, mas pretendeu transformar a História numa propaganda a favor do Principado e da família Juliana. Ele queria explicar o triunfo e a grandeza de Roma pelo sucesso dos Césares. Já se percebia o começo da decadência. Um outro autor foi Valério Máximo, homem de letras, protegido de Sexto Pompeu. Escreveu **Feitos e Ditos Memoráveis** uma coleção de exemplos e ditos famosos de personalidades romanas e estrangeiras, objetivando sistematizar a cultura histórica para servir de fonte aos oradores. Segue-se uma série de cronistas pouco conhecidos, considerados apenas memorialistas. As perseguições do poder reinante sobre aqueles que se dedicavam às crônicas

contra à tirania justificam, de certo modo, o recuo da historiografia nessa fase.

Dentre esses cronistas, há destaque apenas para Sêneca, o Pai. Não satisfeito com a posição da História na época, de ser apenas tema de declamação, escreveu uma crônica sobre as guerras civis, que pode ser inserida no conjunto da História romana. Exalta a fidelidade à verdade, permanece fiel à oratória, explora os exemplos da tirania contemporânea, censurando as crueldades de Calígula em toda a sua obra, e opõe-se à historiografia militar, considerada então uma coleção de vícios e violências.

Sob os Antoninos, a História conservou o seu privilégio em virtude das suas ligações estreitas com a experiência política. Mas as transformações da época mudaram a vocação do gênero. A preocupação não era mais a crônica do povo romano, mas a atualidade contemporânea. Continuando a política de opressão do poder reinante, o desejo de desforra modificou o sentido da eloquência, e a historiografia voltou-se para uma literatura de vingança "exitus virorum illustrium", um gênero laudatório ostentoso. Na sua missão de imortalizar e conferir glória, a História encontrava para relatar mais execuções injustas que mortes gloriosas. Esse tipo de louvação aos grandes homens representa uma regressão da historiografia. Embora continuasse a se exigir a imparcialidade, a crônica hostil à tirania permaneceu.

Nessa fase ainda, a História apresenta uma tendência à divisão, explicada pelo amadorismo episódico que invade e domina o meio literário. Há o movimento dos biógrafos, testemunhado por Suetônio e Plutarco, e a procura frívola do sensacional, que fez nascer a crônica mundana com as suas fábulas, anedotas e curiosidades. Na **Vida dos Doze Césares** de Suetônio, a História retorna à crônica seca que Cícero pretendia eliminar. A preocupação pela atualidade contemporânea trouxe a preferência pelas Histórias sobre os Anais. As informações sobre as épocas arcaicas da História romana serviam apenas de digressões, e o desprezo pela pré-história, qualificada de "fábula", se impõe entre os letrados.

A procura do sensacional, do curioso, não chegou realmente a ameaçar a História, apesar de conquistar escritores como Plínio, o Jovem, que manifestou a sua predileção por essas curiosidades, cultivando a crônica mundana.

Foi nesse ambiente que Tácito (55 d.C.), o terceiro nome em destaque, escreveu as suas obras. Reagiu naturalmente contra essa tendência negativa da historiografia, por achá-la incompatível com os anais do povo romano, e fez renascer a História grandiosa da época de Tito Lívio.

Pouco se sabe sobre sua vida e, do que se conhece, pode-se afirmar que pertencia à burguesia provincial, teve excelente educação, iniciou a sua vida pública como orador e que o êxito alcançado levou-o às funções públicas. Favorecido pelos imperadores Flávios foi questor, tribuno da plebe ou edil, pretor e senador. Sob os imperadores Antoninos foi cônsul e procônsul da Ásia.

As suas idéias foram resultantes da educação que recebeu e da influência que sobre ele exerceram a moral, os costumes e a política da sociedade em que viveu. A sua educação fez dele um homem culto, inteligente e um patriota justo, mas os acontecimentos políticos e a sociedade da sua época transformaram-no em um homem severo, prudente e pessimista com os homens, a política e os fatos. Moralista austero, conhecia os males sociais de Roma, não se deixando enganar pela aparente prosperidade do Império. Não ocultou o seu desprezo

pela nobreza degenerada e a corrupção dos costumes. Em política, condenou os Césares por desejar um príncipe liberal, honesto e respeitador das tradições. Temia novos tiranos. Expressou as suas idéias na sua obra, mas não lutou por elas. Foi, acima de tudo, um senador consciente de sua posição social, um moderado que chegou a combater os excessos, mas aceitou o Império como ele se apresentava.

Aos 40 anos, após percorrer uma carreira política brilhante, Tácito se dedicou à História. Sua obra, escrita entre os anos 96 e 115, compreende duas partes: a dos ensaios, conhecidos como obras menores: **Diálogo sobre os Oradores**, **Vida de Agrícola** e **Germânia**, e as obras maiores que fizeram o seu renome como historiador: as **Histórias** e os **Anais**.

As Histórias datam do ano 105. Principiavam com a morte de Nero, incluíam a crise da sucessão, a fase final dos Césares, os Flávios e o começo dos Antoninos. Cobriam a época histórica dos anos 69 a 96. Dos 14 livros originais existem apenas os quatro primeiros e parte do quinto. A forma de composição é a analista, e o seu conteúdo gestas sucessivas.

Os **Anais**, a última das obras de Tácito, datam do ano 115. O tema central, os Césares. Iniciavam-se com a morte de Augusto e se estendiam ao final do governo de Nero, cobrindo o período histórico de 14 a 68. Compreendia 18 livros, dos quais alguns estão quase completos (I-IV), outros reduzidos a partes (V-VI), alguns com lacunas (XI-XVI) e outros perdidos (VII-X e XVII-XVIII).

A História elaborada por Tácito tinha uma perspectiva nacional e como preocupação maior Roma e os problemas sócio-políticos do seu tempo. A corrupção dos costumes refletida na sociedade, educação e eloquência foram temas tratados por ele já nas suas primeiras obras, bem como o combate à tirania e à discórdia e as intrigas palacianas nas obras maiores.

Como historiador, manteve o critério de utilidade da História, usou a forma de exposição analista e utilizou a retórica no seu estilo. Na elaboração das suas exposições, além do emprego da retórica, foi um grande artista da palavra, pela riqueza do detalhe, poder descritivo e domínio da expressão. A sua narrativa desenvolvia-se viva e interessante, seguindo um estilo preciso.

Tácito não se preocupou com a retórica, mas com a busca da verdade. Para retratá-la verdadeiramente, procurou ser sincero e imparcial nas suas narrações. Contudo, não conseguiu esse objetivo. O seu método de investigação revelou-se falho, e as idéias que defendeu impediram-no de ser imparcial.

Quanto à presença do homem no processo histórico, apesar de permanecer fiel à intervenção divina no curso dos acontecimentos, diminuiu o campo do sobrenatural, reconhecendo o homem como o agente dos fatos. A História para Tácito era uma espécie de ensinamento prático da moral. A ela cumpria mostrar o que devia ser feito e o que era preciso evitar. O objeto da História, por consequência, seria a valorização das virtudes e a reprovação pela posteridade, das ações corrompidas. Essa sua concepção de História não se alterou com o passar dos anos. O tempo pode ter contribuído para aumentar a sua prudência e tolerância no julgamento dos homens e dos fatos, mas a sua idéia de História permaneceu associada à moral. Oratória como forma e moral como fim foi o conceito que Tácito conheceu e adotou. Por toda a sua vida procurou fazer da História a consciência da humanidade.

NOTAS

- 1 – SHOTWELL, James T. *História da la Historia en el Mundo Antigo*. México, Fondo de Cultura Economica, 1940. p. 279.
- 2– SHOTWELL, **Op. cit.** Nota 1, p. 282.
- 3 – QUINTILIANO, Fábio M. *Instituições Oratórias*. São Paulo, Edições Cultura, 1944. Lib. X, Cap. 1.31.
- 4 – CICÉRON **L'Orateur**. Paris, Societé d'Édition "Les Belles Lettres", 1950. Lib. II, Cap. 12.
- 5 – **Idem, ibidem.**
- 6 – BOISSIER, Gaston **Tácito**. São Paulo, Editora Difusão S/A, s/d. p. 70.
- 7 – SHOTWELL. **Op. cit.** Nota 1, p. 311.
- 8 – **Idem, ibidem.**
- 9 – ANDRÉ, Jean-Marie & HUS, Alain **L'Histoire à Rome; Historiens et biographes dans la littérature latine**. Vendome, Presses Universitaires de France, 1947.p. 78.

A INSTAURAÇÃO DO REGIME REPUBLICANO NO
RIO GRANDE DO NORTE
E OS GRUPOS POLÍTICOS PARTIDÁRIOS DO PERÍODO – 1889/1930.

Marlene da Silva Mariz

O Regime Republicano trouxe profundas transformações no quadro político potiguar, no que se refere às lideranças que atuavam no governo monárquico. Estas viram-se derrubadas de seus postos de comando, substituídas por outras mais fortes em termos de uma estrutura partidária mais organizada. Entretanto, estas lideranças em nada diferiam das anteriores, em relação a presença de um chefe do qual emanava a força e poder do partido. (1) A novidade introduzida é que, os partidos que surgem com a República, ao invés de simples grupos coesos com o objetivo exclusivo de chegar ao poder, passam a ser uma organização com opinião formada com um conteúdo programático.

Nos últimos anos da monarquia, os grupos políticos que atuavam na vida pública do Rio Grande do Norte já se encontravam enfraquecidas pela falta de coesão interna.

O Partido Conservador, por exemplo, que era uma representação dos proprietários rurais, estava dividido entre duas lideranças, o mesmo ocorrendo com Partido Liberal, que também tinha duas alas, dois comandos.

O movimento republicano abre espaço para uma nova tacção que vai assumir o poder, muito embora contando para tanto, com a adesão de políticos dos quadros anteriores e o apoio das bases de sustentação de líderes da situação passada.

A idéia republicana já era simpática e difundida no Estado, antes mesmo da criação do Partido Republicano estadual, mas apenas pela camada mais elitizada da população, tal qual ocorrera antes, no movimento republicano de 1817, quando a população não teve qualquer participação e nem mesmo se entusiasmou.

Os adésistas do movimento republicano do Rio Grande do Norte, antes do evento, eram pessoas bem situadas economicamente e intelectualmente, tais como: fazendeiros, comerciantes, senhores de engenho e bacharéis. (2)

A 27 de janeiro de 1889 foi fundado em Natal, o Partido Republicano do Rio grande do Norte, graças a iniciativa de um grupo de entusiastas das novas idéias. Esse grupo do litoral, antecipara-se ao núcleo que já existia na

região do seridó, cuja sede ficava em Caicó, principal cidade da região. O acadêmico de Direito em Recife, Janúncio da Nóbrega Filho (1869-1899), era o incentivador do núcleo, influenciado pelos movimentos estudantis republicanos em Recife. Fazia a divulgação do movimento através do jornal "O Povo", de Caicó.

A iniciativa da fundação do Partido Republicano em Natal, teve como seu artífice o comerciante João Avelino Pereira de Vasconcelos, neto de Fabrício Gomes Pedrosa, uma das expressões econômicas do Estado, na época, no comércio de exportação. Para a direção do novo partido foi convidado o jovem médico, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, primo de João Avelino, descendente de tradicional família potiguar.

É interessante destacar, como dado importante, que a fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, foi iniciativa de um grupo ligado a classe média e a vida urbana, diferentemente da maioria das outras unidades da federação.

Pedro Velho assume a liderança do partido sem nenhuma experiência até aquele momento, no campo da política estadual. Todavia, revela-se um político de grande habilidade, conseguindo estruturar com eficiência, seu partido, e transformar-se no seu chefe supremo e verdadeiro mandatário da política estadual. Estabelece uma autêntica oligarquia, na qual, ele e o grupo que constitui com a participação de familiares e amigos, permanece no poder não só até sua morte em 1907, mas consolidada a hegemonia do grupo, até a década de 20. Neste período, o antigo grupo é substituído por outro, que crescera e se fortificara nas origens do mesmo partido, apenas transferindo o centro de seus interesses do litoral para o Seridó.

A fundação do Partido Republicano não causou preocupação aos que estavam no poder, tendo em vista a inexpressiva repercussão que teve no meio local. Dos participantes da reunião da fundação do partido, a maioria constituía-se de familiares do próprio Pedro Velho, empregados da firma de exportação de Fabrício Pedrosa, alguns liberais, funcionários públicos e aposentados, além de alguns bacharéis e um médico. Pela lista das assinaturas da ata da fundação, nota-se total ausência de militares, identificando-se a realidade norterriograndense bem diferente da situação de outros Estados, no tocante ao movimento republicano. (3)

Até a Proclamação da República o movimento não teve grande repercussão, levando-se em consideração que as adesões que surgiram até novembro, não ultrapassavam a casa dos trinta e cinco. Todavia, o grupo entusiasmado, em 1º de julho, conseguia fundar o jornal "A República", com o objetivo de difundir suas idéias e conseguir novos adeptos. Pedro Velho era seu redator.

Inicialmente defendia as teorias de Assis Brasil e Silva Jardim, e só mais tarde, através dos contatos com os republicanos do Rio de Janeiro, o movimento potiguar passa a assimilar a essência do pensamento de Quintino Bocaiúva, e se filia às suas pregações por reconhecerem-nas mais autênticas.

O 1º número de "A República", trazia na sua programação, a pregação das idéias republicanas, o combate ao regime monárquico, criticando os erros do regime.

Uma das primeiras iniciativas do chefe do novo partido, foi procurar uma aproximação com o grupo do seridó, que inicialmente, não aceitava sua orientação para unificação do partido.

Ao chegar a mudança do regime, o partido estava instaurado e unificado, com seu órgão de divulgação, e já feita a sua inauguração nas urnas, no último pleito do império.

Com a instauração da República, Pedro Velho foi naturalmente aclamado por seus correligionários como o chefe do governo provisório do Rio Grande do Norte. O próprio presidente da província, Antônio Basílio Ribeiro Dantas, representante dos liberais, mandou procurá-lo por duas vezes, para que assumisse o poder, como líder do partido vitorioso. Todavia, Pedro Velho só toma posse, quando convocado por telegrama pelo Ministro da Justiça e Interior, Aristides Lobo, a quem seu nome fora indicado por José Leão Ferreira Souto, norterio-grandense radicado no Rio de Janeiro. O telegrama dizia que ele assumisse o governo e proclamasse a República no Estado, o que se efetua a 17.11.1889. (4)

Com o desaparecimento dos partidos do império, o movimento é de congregação em torno de um só partido, observando-se então, o fenômeno do adesismo em torno do partido republicano. Para ele convergem, tanto conservadores como liberais, sob a chefia de Pedro Velho que logo revela sua política de tendências aglutinadoras.

As nomeações feitas inicialmente para a equipe do governo, demonstram suas intenções de reunir os nomes mais influentes do Estado, o que traz as primeiras manifestações de insatisfação dos que não foram indicados.

Foram convidados, republicanos, conservadores e liberais, sendo excluídos apenas elementos ligados ao ex-chefe dos liberais, Amaro Carneiro Bezerra, que dominou a política imperial por mais de vinte anos e inimigo pessoal de Pedro Velho.

Com a indicação da equipe, surge de imediato a oposição ao governo recém instalado, pelos elementos que não foram aproveitados.

Pedro Velho, todavia, não teve tempo sequer de definir seu programa de governo, uma vez que, mesmo contra a expectativa geral, foi nomeado o paulista Adolfo Gordo a 30 de novembro, para o governo do Rio Grande do Norte. Pedro Velho passou apenas 19 dias à frente do governo, nessa fase.

A partir desse fato, tem início um período que se caracteriza, pela instabilidade administrativa, demonstrada pelas constantes substituições dos governantes. De 1889 a 1892, foram nomeados cinco governadores. Se por um lado essas nomeações tinham em vista a unificação das administrações nessa fase de transição em que se encontrava o Brasil e os Estados, por outro lado eram vistas pelos políticos locais, como medidas incoerentes do novo regime. O governo que se dizia republicano, utilizava-se de nomeações para indicar seus representantes, a exemplo do regime monárquico.

Observa-se que esse momento, configura-se como de consolidação das novas lideranças que disputavam o poder e que dele vão se apossar, amparados pelo sistema nacional com base na autonomia dos Estados.

Adolfo Gordo, Governador nomeado, desde sua chegada ao Estado, identifica-se com a facção antagonica ao governo de Pedro Velho. Permaneceu à frente

do governo por pouco mais de trinta dias, viajando subitamente sem esclarecer os motivos de sua ausência.

A 8 de fevereiro de 1890 assume o governo, o chefe de polícia Dr. Jerônimo Américo Raposo da Câmara, uma vez que não existia a figura do vice-governador, e era regra nos casos de ausência do governante, a substituição ser feita pelo chefe da polícia.

Logo em seguida chega o novo Governador nomeado, Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior, que vem acompanhado de Pedro Velho, que se encontrava no Rio de Janeiro, nomeado como vice-governador, o que significa um indício do seu prestígio junto a alta cúpula. Xavier da Silveira toma posse, e revela-se como harmonizador da situação estadual, estabelecendo o equilíbrio entre os grupos antagonicos, muito embora fosse visível sua tendência para o grupo de Pedro Velho. (5)

A 15 de setembro de 1890, realizam-se as eleições para a Constituinte Federal. O evento define a afirmação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, da mesma forma que consolida as novas lideranças que passam a comandar a política local e a dissolução dos antigos grupos. O resultado do pleito significa a afirmação do prestígio de Pedro Velho como chefe do partido que representa no Estado. Vale salientar, nesse particular, que sua força eleitoral restringia-se a alguns municípios da região litorânea por onde se espalhavam seus familiares. O grande contingente eleitoral encontrava-se no sertão do seridó e oeste do Estado. No final do século XIX, 95% da população estadual era interiorana, o que revela o imprescindível apoio dos caciques municipais a Pedro Velho.

No que se refere ao aspecto eleitoral, a situação do Estado pode ser definida nas seguintes coordenadas: o Estado compreendia 37 municípios que correspondiam a dois distritos eleitorais. Do primeiro faziam parte, dez municípios localizados na região do litoral, incluindo-se a capital, Natal. O segundo congregava vinte e sete municípios que correspondiam às regiões dos sertões do seridó, oeste e agreste. Cada município possuía seu chefe, (fazendeiros, criadores e comerciantes), que controlava os votos e sustentava com estes os chefes estaduais do seu partido.

Alguns chefes chegavam a extrapolar seus poderes além das fronteiras dos seus municípios, controlando uma região. É junto a estes que Pedro Velho procura, com suas adesões, fortalecer seu partido e sua posição de chefe estadual. O segundo distrito era o reduto do Cel. José Bernardo de Medeiros (1837-1917), natural de Serra Negra do Norte, na época pertencente a Caicó. Ex-chefe liberal com grande atuação no período anterior, dono de terras e de votos, contava ainda com o apoio dos chefes e votos dos municípios que compunham a região seridoense, tais como: Acari, cujo chefe Silvino Bezerra de Araújo era seu cunhado; Currais Novos, chefiado por José Bezerra de Araújo, irmão do chefe de Acari; e Caicó, o maior município da região, onde José Bernardo comandava e formava com os municípios vizinhos, uma espécie de liga, aumentando seu domínio eleitoral na região. No oeste, o Cel. Francisco Gurgel de Oliveira chefiava Mossoró, o maior município do Estado. Caraúbas, também no oeste, tinha como chefe o Cel. Luís Manoel Fernandes Pimentel. Açu era dominada pelo Cel. Antonio Soares de Macedo.

No primeiro distrito, os municípios maiores onde era desenvolvida a cultura canaveira, tinham como chefes: Ceará-Mirim, o Dr. Heráclito Vilar; São José de Mipibu, Antonio Basílio Ribeiro Dantas; Santana do Matos, Felipe Neri de Carvalho e Silva, Barão de Serra Branca. (6)

“A presença de José Bernardo de Medeiros e a adesão do Cel. Francisco Gurgel, colocavam nas mãos de Pedro velho a maior soma de força eleitoral que o Estado poderia dispor”. (7)

A presença de José Bernardo foi assegurada através da aproximação dos republicanos do seridó e o convite para compor a chapa para disputar uma cadeira no senado nas eleições de 1890. A adesão do Cel. Francisco Gurgel foi assegurada nas eleições de 1892.

A chapa do Partido Republicano para a Constituinte de 1890, foi organizada por Pedro Velho, que passa a ditar as cartas na política estadual, congregando com suprema habilidade os nomes de maior expressão eleitoral no Estado. Para o senado eram candidatos: José Bernardo de Medeiros, Ten. Cel. José Pedro de Oliveira Galvão (amigo pessoal do Presidente Provisório, Mal. Deodoro) e Amaro Cavalcanti, natural de Caicó, bastante ligado a José Bernardo ao lado de quem, ingressou na política estadual, conforme testemunho da correspondência entre ambos, (8) figura com influência na cúpula federal junto a Floriano Peixoto, juriconsulto que mais tarde desgosta-se com Pedro Velho, de quem se torna inimigo declarado. Foi Ministro do Interior e Justiça no governo de Prudente de Moraes.

Para a Câmara Federal a chapa pedrovelhista apresentava: Almino Álvares Afonso, jovem de Patu, que se destacara na campanha abolicionista; Miguel Joaquim de Almeida Castro, cearense que se introduzira na política potiguar no último pleito da Monarquia, pelas mãos de José Bernardo; Antonio de Amorim Garcia, um dos chefes do Partido Conservador e o próprio Pedro Velho.

Em contrapartida, formou-se uma nova agremiação, o Clube Republicano 15 de Novembro, sob a liderança de Amaro Bezerra, antigo chefe liberal destronado, contando com a participação dos insatisfeitos e decepcionados, por não terem sido incluídos na disputa da chapa governista.

Faziam parte da chapa dessa agremiação, Daniel Ferro Cardoso e José Leão Ferreira Souto, ambos republicanos históricos e decepcionados com Pedro Velho.

Surgiu ainda uma chapa do Partido Católico, que apresentava como candidatos os nomes de Tarquínio Bráulio de Sousa Amaranto, ex-conservador e chefe político de Açú, Antonio Soares de Macedo.

A chapa patrocinada por Pedro Velho, venceu de ponta a ponta, desmoroando a oposição sistemática, consolidando a hegemonia do chefe. A participação do seridó foi de fundamental importância, destacando-se José Bernardo como o Senador mais votado com 8.107 votos, seguido de Oliveira Galvão com 7.919 votos e Amaro Cavalcanti com 7.811 votos.

Para a Câmara Federal, Almino Afonso foi o deputado mais votado com 10.002 votos, tendo em vista a candidatura por duas chapas: a do Partido Republicano e a do Clube 15 de Novembro. Pedro Velho foi o segundo mais votado com 8.550 votos, seguido por Miguel Castro com 8.225 votos e Amorim Garcia com 8.222 votos. (9)

Quatro dias após a eleição, o governador nomeado, Xavier da Silveira, deixava Natal com destino ao Rio, substituindo-o o seu vice, Pedro Velho.

A 8 de novembro do mesmo ano, chegava a Natal, o terceiro governador nomeado, o sergipense Dr. João Ribeiro, que de imediato revelou-se antagônico ao grupo de Pedro Velho. Com menos de um mês, era substituído, por ordem do Ministro do Interior e Justiça, Aristides Lobo, pelo ex-chefe de polícia, Manoel do Nascimento de Castro e Silva. Como 4º governador do período, estabeleceu uma fase de calma na política estadual.

Foi no decorrer da administração de Nascimento de Castro e Silva, que o Rio Grande do Norte teve promulgada a sua primeira Constituição, pelo Decreto nº 96 de 20.01.1891. Com a Constituição do Estado, acaba-se a prerrogativa do governo federal nomear os seus governantes.

O Rio Grande do Norte passa por uma fase de paz interna e de bom relacionamento com a cúpula central. A reviravolta vem, entretanto, com a eleição para a presidência da República. Os acontecimentos no sul do país, no Congresso, por ocasião da escolha do novo dirigente da Nação, revelam o descontentamento dos políticos com o governo provisório. As divergências entre o modo de pensar da classe política e a mentalidade e métodos militaristas do Mal. Deodoro, têm seus efeitos no próprio Congresso. (10)

Dos 234 membros presentes no Congresso, 129 votaram em Deodoro, enquanto 97 indicavam Prudente de Moraes, senador paulista. A bancada norterio-grandense dividiu-se. Apenas Pedro Velho e José Bernardo votaram com a oposição em Prudente de Moraes, ligando-se ambos ao grupo de oposição do Gal. José Simeão, senador em Pernambuco e o Almirante Custódio de Melo, deputado pela Bahia. (11)

Com a eleição de Deodoro, é iniciada a organização legal dos Estados, e com a participação do Barão de Lucena, verifica-se uma forte interferência nos quadros políticos estaduais, observando-se forte perseguição àqueles que votaram contra o novo governo, que eram afastados do poder em seus respectivos Estados, ou mantidos marginalizados.

No Rio Grande do Norte, essa prática tem efeito com a exoneração do governador Nascimento de Castro e Silva, que pertencia ao quadro orientado por Pedro Velho. Como seu substituto foi designado Francisco Amintas da Costa Barros, o 5º governador desse período de instabilidade. Este tão logo assumiu (03.03.1891), passa a administrar em consonância com os deputados Antonio Garcia, seu cunhado, e Miguel Castro, que haviam rompido com Pedro Velho. São eles os responsáveis pela orientação política do Estado. (12)

Deodoro passa então a prestigiar a facção de Amintas Barros, enquanto José Bernardo e Pedro Velho assumem posição de opositoristas, tanto a nível estadual como federal, ficando relegados ao ostracismo. Os demais parlamentares, abstêm-se de interferir na situação local.

Nesse contexto, não obstante a grande agitação provocada pela oposição que procura dificultar a ação do governo, este consegue eleger a 10 de maio desse mesmo ano, um Congresso Constituinte Estadual, composto integralmente de nomes adversos ao bloco opositorista. Em 12 de junho, esse Congresso elegia Miguel Joaquim de Almeida Castro para Presidente (o 6º) e Joaquim

Inácio Fernandes para vice. Logo em seguida, 20 de julho, o Cel. Francisco Gurgel de Oliveira é escolhido para 2º Vice-presidente e no dia seguinte é promulgada a 2ª Constituição do Estado. (13)

No Rio prosseguem as divergências entre Deodoro e o Congresso. O grupo oposicionista sob a liderança do Gal. José Simeão, realiza reuniões secretas para estudar posições, caso o Congresso fosse dissolvido, delas participando Pedro Velho, José Bernardo e Amaro Cavalcanti.

A situação atinge o clímax, quando Deodoro dissolve as Câmaras, o que provoca reações não só do Congresso, mas de outras unidades. No Manifesto do Congresso, estavam as assinaturas de Pedro Velho, José Bernardo e Amaro Cavalcanti. Deodoro finalmente renuncia e assume o seu Vice, Floriano Peixoto, que assumira o compromisso de fazer voltar a legalidade. (14)

A queda de Deodoro traz de volta à Natal, Pedro Velho, que se encontrava em Pernambuco e José Bernardo que se achava no Rio. Com o apoio de Floriano Peixoto, efetivou-se a deposição de Miguel Castro, que foi preso e forçado a se retirar para o Ceará.

Nesse clima, foi constituída uma Junta Governativa, constituída pelo Cel. Francisco Lima e Silva como Presidente, Manoel Nascimento de Castro e Silva e Joaquim Ferreira Chaves. Com plenos poderes, a Junta procurou corrigir a reação de Lucena, trazendo para suas funções todos aqueles que haviam sido afastados, dissolveu o Congresso, e a 3 de fevereiro de 1892, elegeu um novo, que em reunião em 20 de fevereiro, com o apoio dos poderes constituintes com que se encontravam investidos, elegeram Pedro Velho Governador, e o Cel. Silvino Bezerra de Araújo Galvão, chefe político de Acari, Vice. Para 2º Vice foi indicado o Cel. Francisco Gurgel, de Mossoró.

A 3ª Constituição do Estado é promulgada em 7 de abril. O processo histórico do período, revela a instabilidade resultante dos conflitos, antagonismos e radicalismos que só se arrefecem quando o grupo de maior força eleitoral assume o poder, em consonância com a estabilização da situação nacional.

O Congresso recém eleito significou uma verdadeira junção das forças eleitorais, com representantes das maiores expressões do Estado. Faziam parte dele, o Cel. Francisco Gurgel, de Mossoró, seu irmão, João de Oliveira, Felipe Neri de Brito Guerra, Fabrício Maranhão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho, Antonio José de Melo e Sousa e Hermógenes Tinoco, também ligados a esse grupo. Do bloco de José Bernardo, seu genro Manoel Augusto, filho de Silvino Bezerra, o médico Manoel A. Bezerra de Araújo, o Bel. Manoel Gomes de Medeiros Dantas, além dos irmãos Diógenes e Janúncio Nóbrega. (15) A oposição não teve condições de concorrer às eleições.

Pedro Velho assume o governo em 28 de fevereiro, e indica em nome do Diretório do partido (sem que esse tenha se reunido), o nome de Augusto Severo para sua vaga na Câmara Federal. Essa atitude provoca dissensões dentro do partido e o rompimento com José Bernardo que desejava a vaga para Janúncio Nóbrega.

No que se refere a uma programação de governo, nota-se que Pedro Velho tinha teoricamente como meta, a adoção de princípios democráticos. Pregava o voto a descoberto, as franquias municipais e a reforma do sistema fiscal,

através da criação do corpo da fazenda, além de garantias ao funcionário com a lei do montepio. (16)

Quanto ao contexto federal, Pedro Velho desfrutava inicialmente de uma sólida posição junto ao Presidente Floriano Peixoto, muito embora este não visse com bons olhos suas ligações com os políticos paulistas. Essa situação todavia, se modifica, em virtude de suas atitudes.

Na eleição para renovação do terço do Senado em 1893, o candidato de Floriano era Amaro Cavalcanti, pessoa de sua confiança e de grande competência. O chefe do governo estadual indica e elege Almino Álvares Afonso, para o senado.

Pela sua conduta política, Pedro Velho passa a ser acusado de oligarca e com o seu desentendimento e rompimento com o bloco do seridó, volta-se para as forças do oeste, na pessoa do Cel. Francisco Gurgel. Com o apoio deste na eleição de 22 de maio de 1892, elege seu irmão, Augusto Severo, para sua própria vaga na Câmara Federal, contra o candidato da dissidência, Janúncio da Nóbrega.

O Congresso Nacional anula essa eleição, e realiza-se novo pleito. Pedro Velho mantendo sua linha política, reapresenta Augusto Severo, que desta feita concorre com Tobias Monteiro, nome vinculado a alta cúpula nacional, northerio-grandense radicado no Rio, Tobias Monteiro não consegue vencer a máquina eleitoral do governo.

A chapa patrocinada por Pedro Velho venceu, elegendo Almino Afonso para o Senado e Augusto Severo para a Câmara Federal, além de Augusto Tavares de Lira, seu genro, e Luís Francisco Junqueira Aires. (17)

Em represália, o governo federal envia para comandar o 34º Batalhão o Ten-coronel Virgínio Napoleão Ramos, que aliando-se à oposição, moveu ferrenha campanha contra o governo estadual. Com efeito, são constantes as lutas nesse período agitado, entre soldados do 34º Batalhão e os do Batalhão de Segurança. Os jornais do Estado, tanto os de linha a favor de Floriano Peixoto, como os contra, insuflavam o comandante do 34º Batalhão, para depor Pedro Velho. Por outro lado, o Presidente Floriano Peixoto, substituiu todas as nomeações dos cargos federais do Estado, transferindo as autoridades ligadas a Pedro Velho.

O Estado do Rio Grande do Norte, vive um clima conflitante, de pé de guerra, contando Pedro Velho com o apoio de Custódio de Melo que lhe envia secretamente, caixotes de munições por intermédio do Cel. Fonseca e Silva, northerio-grandense, diretor da Intendência da Guerra. (18)

Nesta quase guerra, Pedro Velho aguarda apenas 15 de novembro para tomar uma atitude. Caso Prudente de Moraes não assuma a Presidência, ele renuncia ao governo do Estado.

Contrariando as expectativas, Prudente de Moraes toma posse na Presidência a 15 de novembro de 1894 e o Rio Grande do Norte volta a normalidade. Amaro Cavalcanti é convidado para ocupar o Ministério do Interior e Justiça, e abandona completamente a política estadual.

Na luta de Pedro Velho contra Floriano Peixoto, seu braço direito foi Joaquim Ferreira Chaves que é indicado pelo Partido Republicano do Rio Grande do Norte (diga-se por Pedro Velho), para substituí-lo no governo do Estado em

1895, contrariando os anseios dos chefes municipais que esperavam ver indicado o nome de um sertanejo. Para vice foi indicado Francisco Sales de Meira e Sá. A oposição apresentou José Moreira Brandão Castelo Branco para Governador, e José Gervásio de Amorim Garcia para Vice. Pela primeira vez era realizada no Rio Grande do Norte, uma eleição direta para o governo do Estado. Ferreira Chaves foi eleito com 10.517 votos, enquanto seu opositor obteve apenas 832 votos.

Neste contexto, é conveniente destacar o peso não só da máquina governista, do voto de cabresto, além da eleição feita a bico de pena, muito comum no período.

A instauração e consolidação do regime republicano no Rio Grande do Norte estava efetivado e foi marcado pela atuação de Pedro Velho que assume o controle do poder com pulso de ferro, impondo-se como chefe, e, distribuindo os cargos eletivos entre o seu grupo familiar e de interesses, instituindo e inaugurando um poder oligárquico, que vai caracterizar toda a Primeira República.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 – CASCUDO, Luís da Câmara. História da República no RN. p. 39
- 02 – Id ibid p. 40
- 03 – Id ibid p. 107
- 04 – Id ibid p. 108
- 05 – Id ibid
- 06 – Id ibid
- 07 – Id ibid
- 08 – CARTA de Amaro Cavalcanti e José Bernardo.
- 09 – CASCUDO, Luís da Câmara. História da República no RN.
- 10 – SILVA, Janice Theodoro da. Raízes da Ideologia do Planejamento – Nordeste – 1889/1980. p. 27
- 11 – CALÓGENAS, J. Pandá. Formação História do Brasil. p. 329.
- 12 – LIRA, Tavares de. História do Rio Grande do Norte. p. 613/14.
- 13 – Id ibid
- 14 – Id ibid
- 15 – CASCUDO, Luís da Câmara. História da República no RN. p. 52.
- 16 – Id ibid
- 17 – CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia de Pedro Velho. p. 52
- 18 – Id ibid p. 231
- 19 – CASCUDO, Luís da Câmara. História da República no RN. p. 109.

Í N D I C E

01 – NASCE UMA REVISTA – ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS.....	05
X 02 – UM COMEÇO DE HISTÓRIA – JOÃO WILSON MENDES MELO.....	07
X 03 – O ESTUDO DE HISTÓRIA NO CURRÍCULO ESCOLAR E NA TITULAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – TARCÍSIO DA N. MEDEIROS.....	09
X 04 – O CURSO DE HISTÓRIA NA UFRN – TRINTA ANOS DE EXISTÊNCIA – ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS.....	17
05 – RELATÓRIO DE UMA ADMINISTRAÇÃO – ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS.....	23
06 – ANEXO I.....	27
07 – ANEXO II.....	29
08 – ANEXO III.....	31
09 – ANEXO IV.....	32
10 – UMA FEIÇÃO DOS INTELLECTUAIS – SEBASTIÃO FERNANDES G. FILHO.....	33
11 – A HISTORIOGRAFIA ROMANA – DOS PRIMÓRDIOS A TÁCITO – MARISA MOURA MIRANDA.....	37
X 12 – A INSTAURAÇÃO DO REGIME REPUBLICANO NO RIO GRANDE DO NORTE – 1889/1930 – MARLENE DA SILVA MARIZ.....	49

HISTÓRIA – UFRN

Órgão do Departamento de História

Diretor: Alberto Pinheiro de Medeiros

Secretária: Erenir de Oliveira Santiago

Colaboradores: Professores e alunos do curso de História

Dept.º História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

*COMPOSTO E IMPRESSO NA
COOPERATIVA DOS JORNALISTA DE NATAL LTDA
Praça André de Albuquerque, 541 • Cidade Alta
Natal/RN • Fone: 222-3087*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR

Daladier Pessoa da Cunha Lima

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Clóvis Gonçalves dos Santos

DIR. DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Ana Maria Concentino Ramos

VICE DIR. DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Roberto Lima de Souza

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Alberto Pinheiro de Medeiros

VICE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marlene da Silva Mariz

056

Reg: 5784/00

nº1/ 1987